



INTERBOLSA

Interbolsa - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.

Relatório Anual e Contas 2002





Relatório Anual e Contas 2002

INTERBOLSA

Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.

Avenida da Boavista, 3433 – 4100 - 138 Porto - Portugal

Tel. 351.22.615 84 00 • Fax 351.22.610 30 29 • Fax CVM 351.22.618 98 26

<http://www.interbolsa.pt> • e-mail: interbolsa@interbolsa.pt

Contribuinte N° 502 962 275

Índice

	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
	Órgãos Sociais
1	Missão e actividade 9 1.1. Missão 1.2. Áreas de negócio
2	Enquadramento da actividade 11 2.1. Enquadramento institucional 2.2. Envolve económica 2.3. Envolve normativa
3	Actividade em 2002 21 3.1. Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários 3.2. Sistemas de Liquidação 3.3. Agência Nacional de Codificação
4	Políticas de gestão 29 4.1. Organização interna 4.2. Recursos humanos 4.3. Desenvolvimento de produtos e serviços 4.4. Política de cooperação e representação
5	Perspectivas futuras 35 5.1. Economia internacional 5.2. Migração 5.3. Modelo de liquidação 5.4. Novos produtos e metodologias
6	Análise económica e financeira 41 6.1. Resultados 6.2. Proveitos e ganhos 6.3. Custos e perdas 6.4. Estrutura patrimonial 6.5. Rendibilidade
7	Referências finais 45
8	Demonstrações financeiras e notas 48
9	Anexos 65 9.1. Proposta de Aplicação de Resultados 9.2. Certificação Legal das Contas 9.3. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 9.4. Extracto da Acta da Assembleia Geral



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Num contexto nacional claramente desfavorável ao crescimento da economia e, em particular, da actividade financeira, para o qual contribuíram, com um peso diverso, a situação global dos mercados, bem como, as conjunturas política e económica internacionais, congratulamo-nos pelo desempenho positivo da INTERBOLSA durante o ano de 2002, comprovado pelos bons resultados operacionais e financeiros apresentados.



Conforme é sobejamente conhecido, em Fevereiro de 2002, a totalidade do capital social da bolsa portuguesa, única accionista da INTERBOLSA, passou a ser detido pela Euronext N.V., no âmbito de uma estratégia pioneira de integração dos mercados de capitais europeus.

A adesão da BVLP, hoje Euronext Lisbon, à plataforma pan-europeia Euronext, que marcou o início do ano em apreço, teve reflexos imediatos na actividade da INTERBOLSA, em virtude das implicações evidentes nas esferas de gestão, organização e funcionamento dos sistemas de compensação e liquidação geridos pela empresa.

Ao longo do ano, o processo de migração da bolsa nacional, caracterizado pela sua natureza multi-disciplinar, suscitou a participação de recursos provenientes de vários departamentos da INTERBOLSA nos diversos sub-projectos em curso, sendo bastante provável que esta colaboração se intensifique em 2003, não apenas devido ao acompanhamento das acções planeadas ao nível dos grupos de trabalho já constituídos, como também, pelo seu envolvimento no lançamento previsível de novos projectos.

Reconhecendo a competência e o profissionalismo que têm demonstrado aqueles que estão na linha da frente deste grande empreendimento, creio que o Euronext Market Model criará, indubitavelmente, melhores condições para os membros e os participantes do mercado e, no caso em apreço, para os filiados e clientes da INTERBOLSA.

Ainda durante este ano, foi com grande alegria que acolhi no seio do Conselho de Administração, os Drs. Abel Sequeira Ferreira e Luís Fragoso, dois estimados colegas que passaram a assegurar, respectivamente, a gestão dos pelouros da Informática, Agência Nacional de Codificação e Recursos Humanos e da Central dos Valores Mobiliários e Auditoria.

Posteriormente, comuniquei a esse mesmo Conselho a minha intenção de resignar aos cargos que vinha ocupando no grupo Euronext, incluindo a presidência da INTERBOLSA, por considerar ser este o momento oportuno para encerrar um ciclo profissional desenvolvido nos últimos anos, na área do mercado de capitais.

Em nome do Conselho de Administração, quero agradecer a todos os colaboradores da INTERBOLSA o empenho e a dedicação com que têm vindo a enfrentar os múltiplos, e nem sempre fáceis, desafios que, ao longo da vida da Interbolsa e, em particular, ao longo do ano de 2002, foram surgindo.

Consciente de que o seu contributo foi decisivo para os bons resultados alcançados no ano que finda, estou certo de que a equipa da INTERBOLSA continuará a trabalhar em conjunto, com a determinação e o dinamismo que se revelam imprescindíveis para abraçar os anos vindouros.

Pese embora o facto isolado da ocorrência da greve em Julho de 2002, o Conselho de Administração reitera a sua confiança na mais valia que representa o colectivo da INTERBOLSA.

Demonstra-o o esforço dos colaboradores que não aderiram à greve, conscientes dos prejuízos que esse evento poderia causar à imagem da empresa que têm ajudado a construir, e que, à custa de grande sacrifício pessoal e profissional, tudo fizeram para manter em funcionamento os serviços da INTERBOLSA.

Demonstra-o, igualmente, a motivação dos trabalhadores que haviam aderido à greve quando, sanado o conflito e alcançado o entendimento entre as partes, se esforçaram por garantir a normal continuidade dos serviços e sistemas.

Reservo uma palavra final, dirigida, em especial, ao meu sucessor e aos colegas do Conselho, fazendo votos de que o futuro da INTERBOLSA seja, como até aqui, coroado de sucesso e de que a INTERBOLSA continue cumprindo a missão essencial que lhe está cometida no contexto do sistema financeiro nacional.

Presidente do Conselho de Administração

Manuel Alves Monteiro

Orgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Miguel Luís Kolback da Veiga

Secretária

Maria Luísa de Andrade Azevedo Grilo

Conselho de Administração

Presidente

Manuel Fernando de Macedo Alves Monteiro

Vice-Presidente

Abel Casimiro Sequeira Ferreira

Vogal

Luís Filipe de Faria Fragoso



Conselho Fiscal

Presidente

Mário José Machado Beleza Ferraz de Azevedo

Vogal

Diogo Baptista Russo Pereira da Cunha

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ledo, Morgado & Associados - SROC

Membro Efectivo: Jorge Bento Martins Ledo

Membro Suplente: Manuel Maria de Paula Reis Boto

Monumento ao Homem do Leme

Foz do Douro - Porto



1 Missão e actividade 9

2 Enquadramento da actividade 11

3 Actividade em 2002 21

4 Políticas de gestão 29

5 Perspectivas futuras 35

6 Análise económica e financeira 41

7 Referências finais 45

1 Missão e actividade

Missão

1.1

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (INTERBOLSA) é uma sociedade anónima que tem por objecto a gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A missão da INTERBOLSA consiste em:

- > fornecer aos principais intervenientes no mercado de capitais, instituições financeiras e entidades emitentes, sistemas de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e sistemas de liquidação e compensação das

transacções sobre esses mesmos valores;

- > contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais, criando condições competitivas, reduzindo riscos sistémicos e defendendo os direitos dos investidores.

Na realização da sua missão, a INTERBOLSA prossegue um conjunto de actividades, essencialmente, nas seguintes áreas de actuação:

- > Central de Valores Mobiliários
- > Sistemas de Liquidação e Compensação
- > Agência Nacional de Codificação



Áreas de Negócio

1.2

1.2.1

Central de Valores Mobiliários

A Central de Valores Mobiliários tem como principais funções:

- > a inscrição de emissões de valores mobiliários representados sob a forma escritural e a realização dos inerentes controlos;
- > a inscrição de emissões de valores mobiliários representados sob a forma titulada e a realização da respectiva guarda;
- > o registo das posições detidas pelos Intermediários Financeiros ou pelos seus clientes, nas contas abertas junto da Central de Valores Mobiliários;
- > a movimentação dos valores mobiliários acima referidos, quer para efeitos de liquidação física de operações quer para efeitos de constituição de garantias;
- > a realização de todos os procedimentos necessários ao exercício de direitos de natureza

patrimonial, designadamente alterações do capital social das sociedades, pagamento de rendimentos e pagamento de juros;

- > a prestação de serviços de informação, nomeadamente informação estatística e de natureza financeira aos Intermediários Financeiros, Entidades Emitentes, Auditores e a outros participantes no mercado.

1.2.2

Sistemas de Liquidação e Compensação

Os Sistemas de Liquidação e Compensação têm como funções:

- > o apuramento do saldos das contas, entre intervenientes e entre valores mobiliários que a INTERBOLSA mantenha sob custódia;
- > a liquidação física destas transacções de acordo com as instruções dos intervenientes;
- > o apuramento de saldos financeiros para posterior liquidação no Banco de Portugal.

1.2.3

Agência Nacional de Codificação

A Agência Nacional de Codificação é a entidade responsável pela atribuição de códigos ISIN e CFI, assegurando, no contexto da INTERBOLSA, as seguintes funções:

- > atribuição de códigos de identificação ISIN – *International Securities Identification Number* a todos os valores mobiliários emitidos em Portugal, bem como a instrumentos financeiros.
- > atribuição de códigos CFI – *Classification of Financial Instruments*, a todos os valores mobiliários ou instrumentos financeiros com código ISIN. Este código identifica o tipo e a forma do valor mobiliário;
- > divulgação a nível nacional bem como a todos os membros da ANNA - *Association of National Numbering Agencies*, S.C.R.L. dos códigos ISIN e CFI atribuídos;
- > interlocutor entre as entidades nacionais e as outras Agências Nacionais de Codificação.

Pela importância e especificidade da actividade da Agência Nacional de Codificação cumpre fazer uma breve referência ao seu enquadramento.

Esta actividade é regulada pelo Regulamento da CMVM n.º 14/2000 (Sistemas de Registo de Valores Mobiliários) e pelo Regulamento da INTERBOLSA n.º 6/2000 (Codificação de Valores

Mobiliários), o qual estabelece as regras de codificação de valores mobiliários emitidos ou transaccionados em Portugal.

Por outro lado, e mercê da sua condição de membro da ANNA – *Association of National Numbering Agencies S.C.R.L.*, entidade responsável, a nível mundial, pela promoção, implementação e manutenção das Normas ISO 6166 e 10962, a INTERBOLSA desempenha, igualmente, um papel fundamental na aplicação das Normas ISO (*International Organisation for Standardisation*):

- > a Norma ISO 6166 (*Securities – International Securities Identification Numbering System (ISIN)*) estabelece uma estrutura uniforme e internacionalmente aceite para os códigos ISIN, definindo “código ISIN” como um código que inequivocamente identifica uma determinada emissão ou série de valores mobiliários.
- > a Norma ISO 10962 (*Securities and related financial instruments – Classification of Financial Instruments (CFI)*), estabelece uma estrutura uniforme e internacionalmente aceite para os códigos CFI, devendo acrescentar-se que a codificação CFI não substitui a codificação ISIN, antes a complementa, na medida em que permite a identificação do tipo e forma do valor mobiliário, facilitando assim a classificação dos valores a nível mundial.

Enquadramento institucional

21

2.1.1

Enquadramento institucional

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (INTERBOLSA) é uma sociedade anónima, cujo capital social é inteiramente detido pela Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A..

As transformações da envolvente institucional são ainda suficientemente recentes para que se justifique recordar os principais passos do processo que conduziu à transformação da INTERBOLSA em sociedade anónima, bem como à sua actual integração no Grupo Euronext.

Fundada em 1993, a anteriormente denominada INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores, com a natureza jurídica de associação civil sem fins lucrativos, viu substancialmente alterada essa natureza jurídica com a sua transformação em sociedade anónima em 2000.

Os principais marcos desse processo podem ser sintetizados nas seguintes datas e eventos:

- (i) 20 de Dezembro de 1999 – data da realização da Assembleia Geral da INTERBOLSA (Associação) na qual foi deliberado o referido processo de transformação;
- (ii) 10 de Fevereiro de 2000 – data da realização da escritura pública de transformação da INTERBOLSA em sociedade anónima;
- (iii) 22 de Fevereiro de 2000 – data da inscrição no Registo Comercial;

- (iv) 28 de Fevereiro de 2000 – data da inscrição da INTERBOLSA e dos respectivos titulares dos órgãos sociais na CMVM.

Actualmente, a INTERBOLSA rege-se pelo disposto nos respectivos estatutos, no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro, e no Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Em Fevereiro de 2002 concretizou-se a integração da BVLP (actualmente Euronext Lisbon) na plataforma Euronext, através do lançamento, com êxito, de uma oferta de aquisição por parte da Euronext, N.V., sobre a Bolsa portuguesa.

Por via desta operação, os então accionistas da Bolsa portuguesa trocaram as acções que detinham nesta sociedade por acções representativas do capital social da Euronext N.V., sociedade gestora da primeira Bolsa pan-europeia e líder do principal projecto europeu no domínio da integração dos mercados de capitais, passando a Euronext, N.V., a deter a totalidade do capital social da Euronext Lisbon, e mantendo-se a sociedade gestora da Bolsa portuguesa, agora com nova designação social, como detentora exclusiva do capital da INTERBOLSA.

Detida a 100 por cento pela Euronext Lisbon, a INTERBOLSA integra-se, assim, num grupo de empresas mais vasto que integra igualmente, e para citar apenas alguns exemplos, a Euronext Paris, a Euronext Brussels, a Euronext Amsterdam (originariamente as Bolsas de Paris, Bruxelas e Amesterdão), a sociedade gestora da Bolsa de derivados inglesa, Euronext.LIFFE, além de outras subsidiárias do Grupo.



Envolvente económica

2.2

2.2.1

Evolução macroeconómica

Economia internacional

O ano de 2002 foi marcado pela manutenção dos ritmos baixos de crescimento e pela diminuição muito significativa do crescimento da actividade económica nas principais economias europeias.

Nos EUA, a actividade económica continua a não dar sinais de recuperação face à diminuição do crescimento verificado em 2001 e que pôs termo ao mais longo e forte período de expansão económica ininterrupto desde o pós-guerra.

O fim desse ciclo de forte crescimento parece dever-se a três factores, eventualmente relacionados:

- > desaceleração da produtividade, consequência do decréscimo do ritmo de desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias de comunicação e informação a actividades produtivas;
- > diminuição das cotações dos principais títulos bolsistas, devido à evolução dos lucros das empresas cotadas que não terá correspondido às expectativas dos investidores no sentido de crescimentos elevados e sustentados;
- > redução do crescimento do consumo privado e do investimento, consequência dos efeitos riqueza e liquidez originados pela redução das cotações bolsistas e da necessidade dos agentes económicos, famílias e empresas,

corrigirem balanços financeiros de um endividamento líquido excessivo.

Estes três factores foram agravados pelo aumento da incerteza económica que se avolumou na sequência dos atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001 e das suas consequências geopolíticas.

As economias europeias foram menos afectadas pelos três factores que originaram a evolução americana, tendo desacelerado mais lentamente e com menos intensidade que a economia americana.

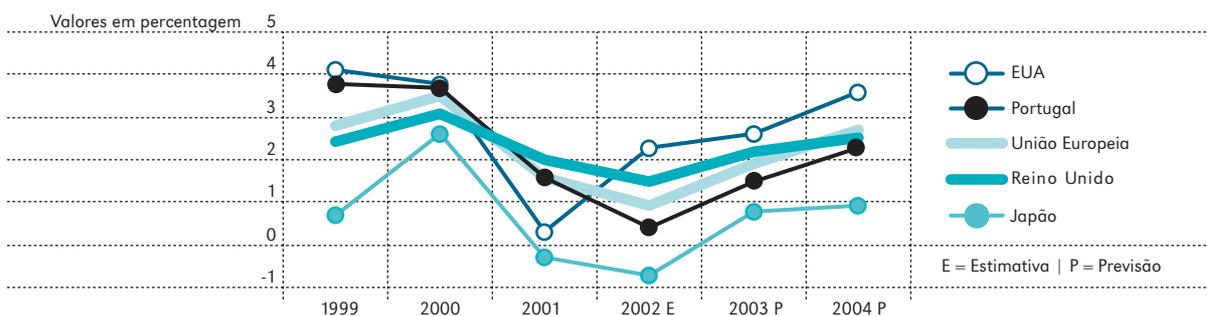
De facto, as economias europeias cresceram menos no período anterior, os títulos financeiros sobre-avaliados têm um menor peso macroeconómico e as economias estão menos expostas a efeitos riqueza e a desequilíbrios de balanços financeiros.

Além disso, muitas economias europeias beneficiaram dos efeitos de estímulo ao investimento e ao crescimento resultantes da adopção do Euro e da associada diminuição das taxas de juro reais.

Face à diminuição do crescimento económico a generalidade dos governos adoptou uma política orçamental prudente, deixando os estabilizadores automáticos funcionar mas não adoptando medidas fortemente expansionistas. Assim, na generalidade dos países, os défices orçamentais estruturais apenas aumentaram ligeiramente.



Taxas de crescimento real do PIB



Fonte: OCDE, Banco de Portugal

Nestas circunstâncias, o maior esforço da luta contra a desaceleração económica recaiu sobre a política monetária, tendo as autoridades monetárias americanas e europeias diminuído significativamente as suas taxas de intervenção.

Dadas as causas da desaceleração da actividade económica não é de esperar que a política monetária seja capaz de, só por si, conduzir a uma inversão desta tendência.

As previsões das organizações económicas internacionais e das autoridades económicas sobre a evolução da actividade económica em 2003 são optimistas mas devem ser lidas com bastante cautela.

Uma recuperação sustentada da economia poderá verificar-se somente depois de um período de forte ajustamento económico.

E um tal ajustamento poderá ser lento, na medida em que tem de incluir, não só uma correcção de

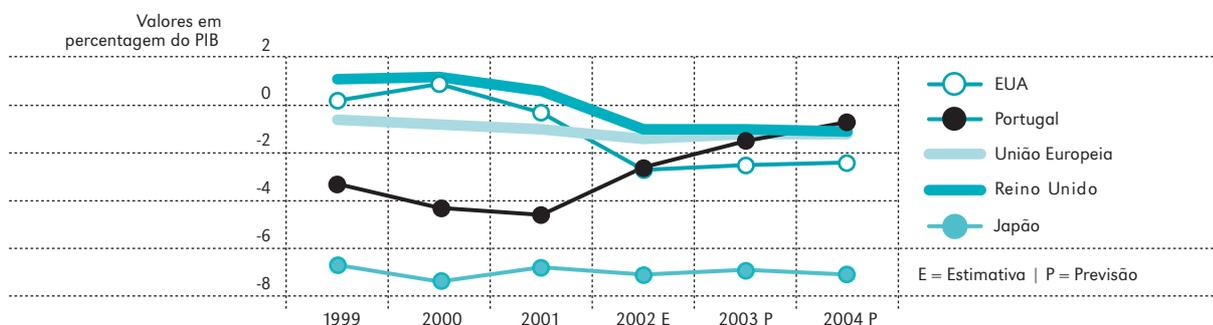
balanços financeiros, mas também, uma redefinição da estrutura das indústrias e das empresas produtoras de novas tecnologias, bem como uma redefinição da estratégia tecnológica de muitas indústrias e imprescindível adaptação das empresas utilizadoras às novas tecnologias em função das suas necessidades concretas específicas e não por via de modelos conceptuais de duvidosa eficácia prática.

Portugal

A economia portuguesa foi afectada pela evolução da actividade económica internacional através dos canais habituais:

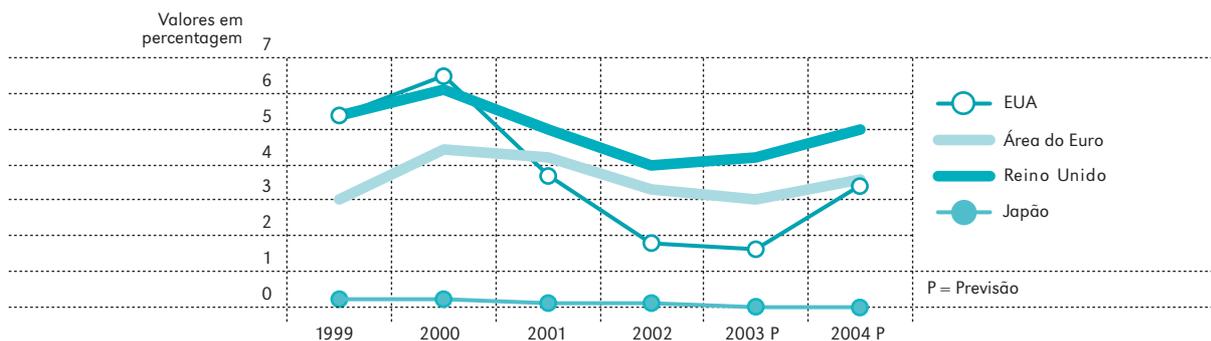
- > a redução da actividade económica internacional provocou uma desaceleração do comércio internacional e, concomitantemente, da procura dirigida à economia portuguesa, o que afectou as exportações e a produção nacionais;

Saldos orçamentais corrigidos ciclicamente



Fonte: OCDE, Ministério das Finanças

Taxas de juro de curto prazo



Fonte: OCDE



- > a correcção dos desequilíbrios nos balanços financeiros e a redução do investimento internacional provocaram uma diminuição do investimento directo e em carteira em Portugal, o que afectou o investimento privado.

É um facto conhecido que pequenas economias abertas como a portuguesa sofrem com mais intensidade que as grandes economias as consequências dos ciclos económicos. No entanto, em 2002, a actividade económica em Portugal sofreu uma desaceleração ainda mais intensa que a de outras pequenas economias abertas.

Tal parece dever-se ao facto de a política orçamental portuguesa ter sido expansionista até 2001, ao contrário do que aconteceu na generalidade das economias ocidentais.

Este comportamento da política orçamental até 2001 teve duas consequências negativas sobre a evolução da conjuntura económica nacional:

- > por um lado, provocou um sobreaquecimento da economia portuguesa, gerando um crescimento excessivo dos preços e dos salários, o que deteriorou a sua posição competitiva e a capacidade das empresas responderem eficazmente à situação económica internacional;
- > por outro lado, e tendo em consideração a obrigação nacional de respeitar o Pacto de Estabilidade e Crescimento, conduziu o governo português a adoptar uma política de redução do défice público, não deixando funcionar os estabilizadores automáticos.

Assim, em Portugal, a recuperação económica parece dependente de três factores:

- > um ajustamento do posição competitiva nacional, a qual, por sua vez, passa por um

- ajustamento dos custos salariais relativos;
- > um ajustamento das contas públicas, que implica medidas contraccionistas adicionais;
- > a recuperação da economia internacional.

Como a verificação destes factores se prevê demorada, é de esperar que a desaceleração da actividade económica em Portugal seja longa e com fortes efeitos sobre o emprego e o investimento.

2.2.2

Evolução dos mercados financeiros

Mercados internacionais

Conforme já tivemos oportunidade de referir, a redução da actividade económica verificada em 2002 deve-se a três efeitos: a desaceleração da produtividade, a queda das cotações da generalidade das acções e a correcção de balanços financeiros das empresas e das famílias. Estes três factores, tiveram sobre os mercados financeiros os mesmos efeitos contraccionistas que tiveram sobre a actividade económica real.

A diminuição da produtividade, causada, principalmente, pela desaceleração do ritmo de aplicação de novas tecnologias à actividade produtiva, teve o efeito directo de diminuir os resultados líquidos das empresas de novas tecnologias.

A referida desaceleração tornou mais evidente os diversos problemas de estratégia e de organização destas empresas, bem como, da dimensão dos respectivos mercados, o todo conduzindo a uma queda das cotações destas empresas e da sua capacidade de obter os recursos financeiros necessários para manter o crescimento.



Despesa Agregada

(taxas de crescimento real em percentagem)

	1999	2000	2001	2002 E	2003 P	2004 P
Consumo privado	5.1	2.6	1.0	0.4	0.8	1.8
Consumo público	5.6	4.0	2.9	1.5	-1.0	-0.5
FBCF	6.4	4.4	-0.4	-4.0	-2.3	0.8
Exportações	2.9	8.0	1.7	1.5	5.8	7.3
Importações	8.5	5.4	0.1	-1.3	1.8	4.3
PIB	3.8	3.7	1.8	0.5	0.8	1.8

Nota: E = Estimativa | P = Previsão

Fonte: OCDE e Banco de Portugal

Os outros sectores industriais também foram afectados pela desaceleração da produtividade e dos seus efeitos sobre os lucros. Esta diminuição de resultados, associada à sobrevalorização que se verificava nos mercados bolsistas, por sua vez, provocou uma quebra generalizada das cotações bolsistas.

A dimensão desta queda foi certamente acentuada pelos problemas de manipulação ilegal de resultados contabilísticos que se verificaram em diversas empresas norte-americanas. Esta manipulação, induzida por políticas empresariais insustentáveis, afectou a confiança dos investidores nos mercados de capitais e particularmente nos seus segmentos accionistas, afastando diversos investidores.

A quebra generalizada das cotações, conjuntamente com os problemas na actividade real, designadamente o crescimento do

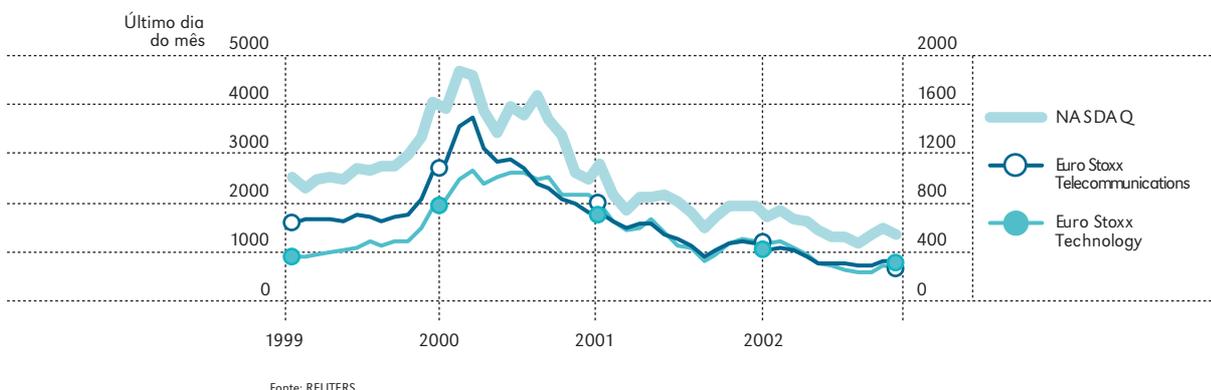
desemprego, provocaram uma correcção dos balanços financeiros de empresas e particulares, diminuindo a procura de acções e os volumes de transacções registados nos mercados internacionais.

Estas reduções das cotações provocaram uma redução da oferta de acções, em simultâneo com igual redução significativa das emissões e aumentos de capital.

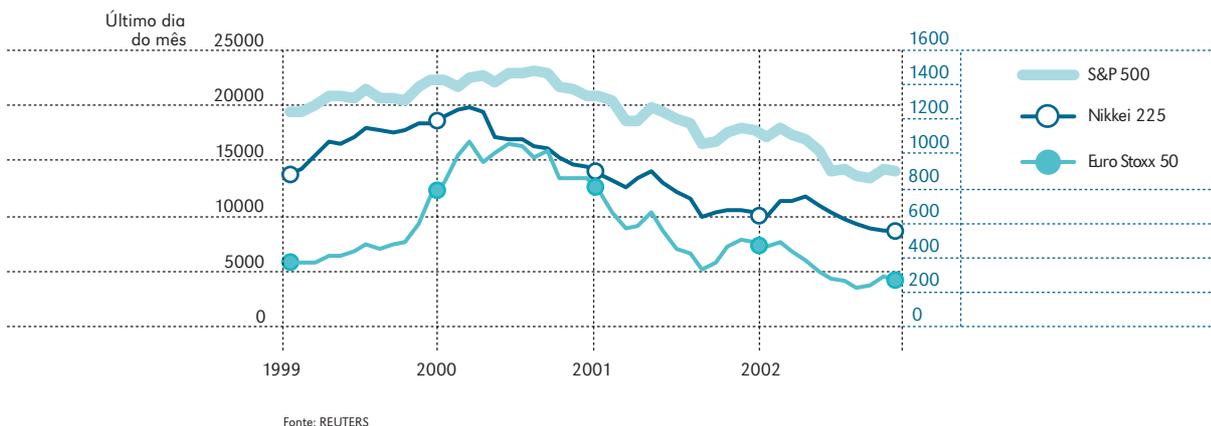
A contrapartida destas reduções dos fluxos financeiros, canalizados para títulos de rendimento variável, foi o crescimento dos fluxos dirigidos para títulos de rendimentos fixos, designadamente públicos, o que permitiu responder ao crescimento da oferta destes títulos em consequência do aumento dos défices públicos.

A cotação das obrigações subiu devido ao aumento da procura e à diminuição das taxas de

Evolução dos índices de novas tecnologias



Evolução dos principais índices bolsistas



juro monetárias (política monetária expansionista) e reais (desaceleração da actividade e da produtividade).

Saliente-se que, mesmo neste quadro de desaceleração da actividade financeira, a procura de alguns tipos de instrumentos financeiros continuou a expandir-se. Estes instrumentos, designadamente *trackers* e derivados, estão numa fase de expansão do seu ciclo de vida, pelo que, são menos afectados pela contracção da actividade financeira em geral.

Dado que a generalidade dos especialistas aponta para que as cotações excessivas de alguns títulos já tenham sido corrigidas, a recuperação dos níveis de actividade e de preços dos mercados financeiros parece depender de dois factores:

- > recuperação económica;
- > diminuição da incerteza geo-política.

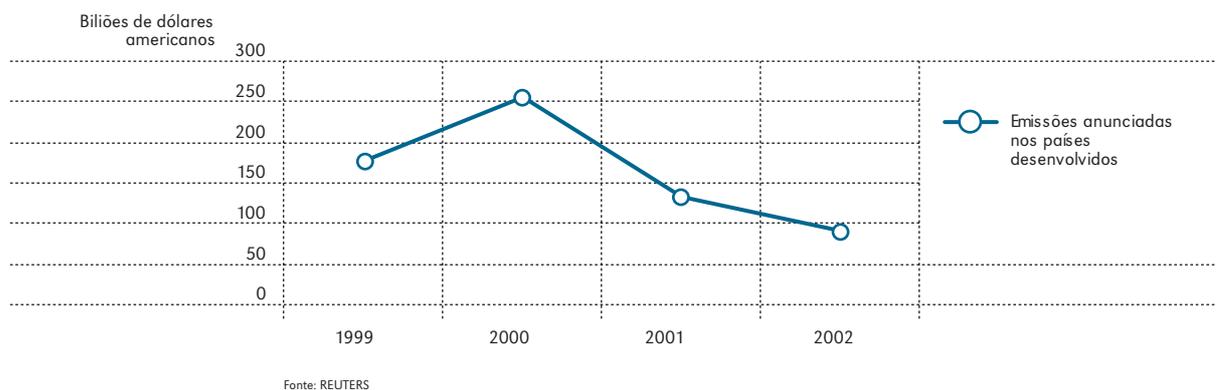
A recuperação dos mercados financeiros pode, nestas circunstâncias, ser demorada.

Portugal

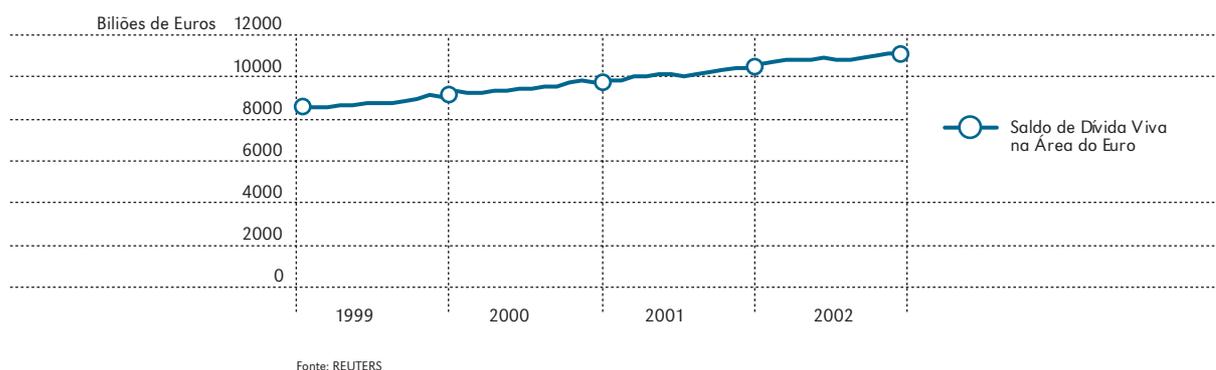
Em Portugal os resultados das empresas, as respectivas cotações bolsistas e a actividade dos mercados financeiros reflectiram a evolução dos mercados internacionais. A situação portuguesa foi, no entanto, agravada pela redução do investimento internacional em carteira e pela maior intensidade da desaceleração da actividade económica portuguesa.

As cotações das acções nacionais, que se mantiveram relativamente estabilizadas no início

Valores das emissões anunciadas de capital



Montante global de dívida



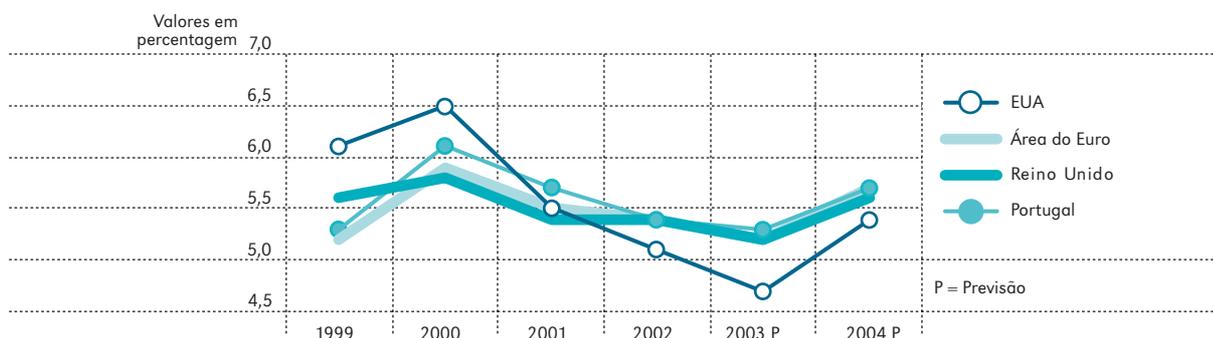
de 2002, retomaram a sua trajetória descendente no segundo trimestre, vindo o índice PSI 20 a registar uma queda de cerca de 24 por cento comparando a última cotação de 2002 com a última de 2001.

O volume e a quantidade de acções transaccionadas na Euronext Lisbon também se

reduziu em, respectivamente, 29,3 e 2,1 por cento.

Tal como nos mercados financeiros internacionais, a procura de alguns tipos de instrumentos financeiros continuou a crescer em Portugal. Os instrumentos com maior crescimento foram os *warrants* autónomos, tendo o número de operações crescido 418,7 por cento.

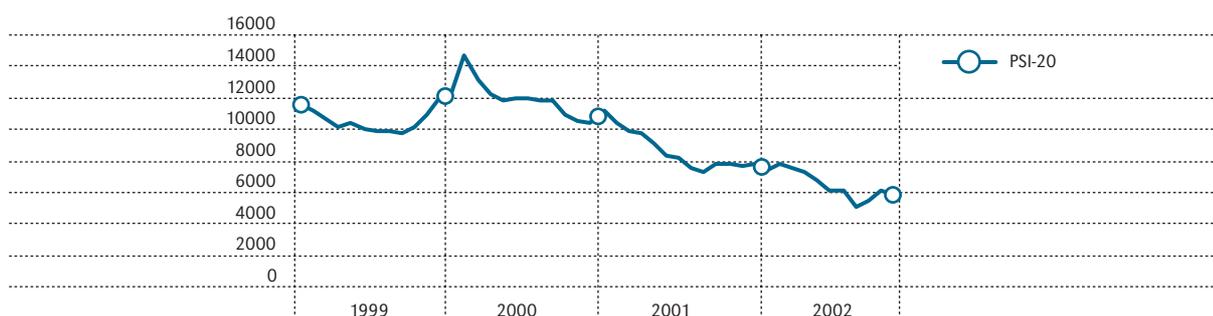
Taxas de juro de longo prazo



Fonte: REUTERS



Evolução das cotações de acções em Portugal



Fonte: REUTERS

2.3.1

Diplomas legais

Ao nível do enquadramento normativo com impacto, directo ou indirecto, sobre o mercado de capitais, em geral, e a actividade da INTERBOLSA, em particular, destaca-se a publicação, durante o ano 2002, dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 8-D/2002, de 15 de Janeiro

Este decreto-lei veio alterar o regime jurídico das entidades gestoras de mercados de valores mobiliários e de sistemas conexos, estabelecido no Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro. O regime decorrente do Decreto-Lei n.º 394/99, de 13 de Outubro regulou a transformação das anteriores associações (Associação da Bolsa de Valores de Lisboa, Associação da Bolsa de Derivados do Porto e INTERBOLSA – Associação para a Prestação de Serviços às Bolsas de Valores) em sociedades anónimas e estabeleceu o seu regime jurídico. Com as alterações introduzidas por este novo diploma legal pretende-se configurar uma solução legislativa aberta que promova a competitividade.

As principais alterações ao Decreto-Lei n.º 394/99, introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8-D/2002, sintetizam-se nas seguintes:

- > formulação de regras aplicáveis a quaisquer projectos de integração de mercados;
- > possibilidade das entidades estrangeiras participarem no capital social das sociedades gestoras (fixa-se, no entanto, um elenco restrito de entidades);
- > incumprimento da comunicação de participações qualificadas sancionado através da inibição, relativa a toda a participação detida pelo incumpridor, do exercício dos direitos de voto e a dividendos;
- > aquisição de participações de domínio, dependente de autorização do Ministro das Finanças (no caso específico das sociedades gestoras de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários dependente de autorização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários); O incumprimento determina sanção igual à

estabelecida para a falta de comunicação de participações qualificadas.

Decreto-Lei n.º 61/2002, de 20 de Março

Este diploma preconiza a primeira alteração ao Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro. Segundo o preâmbulo do Decreto-Lei n.º 61/2002, o diploma veio estabelecer “um mecanismo que visa impedir a utilização de participações qualificadas de modo não transparente, estabelecendo-se a suspensão dos direitos inerentes aos valores mobiliários que integram essa participação”. Esta suspensão é automática e não depende de quaisquer procedimentos posteriores, sejam administrativos ou de outra natureza.

Decreto-Lei n.º 228/2002, de 31 de Outubro

Este decreto-lei veio dar execução à autorização legislativa concedida ao Governo pela Lei n.º 16-B/2002, de 31 de Maio. Repôs, no Código do IRS, as linhas essenciais do regime de tributação dos rendimentos de mais valias derivadas da alienação onerosa de valores mobiliários e no Estatuto dos Benefícios Fiscais o regime aplicável aos rendimentos dos fundos de investimento que vigoraram até à entrada em vigor da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de Dezembro.

Decreto-Lei n.º 229/2002, de 31 de Outubro

Este diploma pretende conferir maior equidade ao sistema fiscal, não permitindo a concessão e manutenção de benefícios fiscais a quem não cumpra as respectivas obrigações no domínio tributário.

Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro

Aprovou o orçamento de Estado para 2003.

Das várias alterações introduzidas, destacam-se, porque directamente ligadas com a actividade da INTERBOLSA, as introduzidas aos artigos 98.º, n.º 1 e 101.º, n.º 3 do Código do IRS: transfere-se a obrigação de proceder à retenção na fonte sobre rendimentos de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito, da entidade devedora (entidade emitente) para as entidades registadoras ou depositárias.

De salientar que também a generalidade das obrigações de informação (anuais) a fornecer à administração fiscal são transferidas da entidade devedora (emitente) para os intermediários financeiros, considerando o facto de estes deterem a informação do regime fiscal do investidor.

De acordo com este novo regime, a INTERBOLSA passou a, relativamente a todas as emissões registadas ou depositadas no sistema centralizado de valores mobiliários, calcular o rendimento bruto, competindo aos intermediários financeiros filiados proceder às retenções e reembolsos de imposto (IRS) que se mostrarem necessários atendendo à situação fiscal dos detentores dos valores mobiliários.

2.3.2

Normas regulamentares

No que respeita aos regulamentos publicados pela CMVM, durante o ano 2002, destacam-se, dado o maior impacto na actividade da INTERBOLSA, os Regulamentos da CMVM n.ºs 7/2002 (Certificados), 15/2002 (Valores Mobiliários Convertíveis) e 16/2002 (Valores Mobiliários Condicionados por Eventos de Crédito), emitidos ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Código dos Valores Mobiliários.

No que concerne à actividade regulamentar da INTERBOLSA, foram as seguintes as alterações implementadas na sua regulamentação, as quais tiveram como objectivo primordial ir de encontro às necessidades evidenciadas pelo mercado, designadamente, pelos Intermediários Financeiros filiados nos sistemas por si geridos:

a. Alteração das regras operacionais gerais de funcionamento dos sistemas de liquidação de valores mobiliários

Regulamento n.º 1/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001;

Pretendeu-se, com esta alteração, agilizar, designadamente em termos operacionais, o registo de instruções para liquidação no Sistema de Liquidação Real Time (SLrt)

Regulamento n.º 2/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001;

A implementação do registo de operações a

contado (after hours) junto da Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. ditou a necessidade de regulamentar os termos da respectiva liquidação.

Regulamento n.º 3/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001;

Esta alteração prendeu-se com a necessidade, sentida pelos intermediários financeiros participantes no sistema de liquidação gerido pela INTERBOLSA, de existência de mais um momento diário, a ocorrer às 15 horas, para (re)submissão a nova liquidação das operações pendentes de liquidação no Sistema de Liquidação Real Time (SLrt).

Regulamento n.º 7/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001;

Implementação de modificações ao processo de liquidação das operações de Bolsa a contado quando se verifique insuficiência de saldo nas contas de valores mobiliários, no processamento geral diurno de D+3, por forma a permitir a submissão a novas liquidações antes da activação de um empréstimo automático ou, na hipótese de este não ser viável, da emissão de ordens de recompra para o comprador. O derradeiro objectivo desta alteração consistiu na redução do número de recompras e de empréstimos automáticos e, por esta forma, dos custos e de outros inconvenientes associados a falhas de liquidação.

b. Agente do Emitente

As alterações introduzidas pretenderam clarificar o tipo de participação do agente do Emitente relativamente aos sistemas geridos pela INTERBOLSA.

Regulamento n.º 5/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 3/2000, relativo às regras operacionais gerais de funcionamento dos sistemas centralizados de valores mobiliários;

Regulamento n.º 6/2002 – Alteração ao Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2000, relativo aos filiados;

Circular n.º 1/2002 – Alteração à Circular da INTERBOLSA n.º 1/2001, relativa ao Agente do Emitente;



c. Alteração ao Preçário

Regulamento n.º 8/2002 – Alteração ao regulamento da INTERBOLSA n.º 4/2001, relativo ao Preçário;

Esta alteração foi ditada pelas recentes alterações introduzidas no Código do IRS pela Lei do Orçamento do Estado para 2003.

d. Situação de contingência

Regulamento n.º 4/2002 – Regras gerais de funcionamento dos sistemas geridos pela INTERBOLSA em situação de contingência;

As regras estabelecidas neste regulamento visam definir o funcionamento dos sistemas de liquidação e dos sistemas centralizados de valores mobiliários em situação de contingência.

3 Actividade em 2002

Ao longo do ano de 2002, e à semelhança, aliás, do que deverá acontecer durante 2003, o envolvimento da INTERBOLSA no processo de migração do mercado português para as plataformas pan-europeias geridas pela Euronext suscitaram um forte impacto na utilização dos meios e recursos dos diversos departamentos da INTERBOLSA.

Porém, e como não poderia deixar de ser, a par com este projecto, especial e prioritário, a

INTERBOLSA manteve, no plano do seu normal posicionamento estratégico, o desenvolvimento de várias outras actividades e o elevado nível de qualidade e segurança dos serviços prestados aos seus clientes.

De entre as actividades acima mencionadas, destacam-se, naturalmente, a Central de Valores Mobiliários, a liquidação de operações e a Agência Nacional de Codificação.

Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários

3.1



3.1.1

Filiados

Em 31 de Dezembro de 2002 o número de Intermediários Financeiros filiados nos Sistemas de Liquidação e nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários ascendia a 52, representando uma redução de 17,5 por cento face ao ano anterior.

Este decréscimo decorreu, essencialmente, dos novos posicionamentos estratégicos assumidos pela intermediação financeira portuguesa que, motivados por critérios de racionalidade económica, reagiram ao disposto no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, que oferece às instituições de crédito, autorizadas a

receber valores mobiliários para registo e depósito e a executar ordens de Bolsa, a possibilidade de se fazerem membros de qualquer Bolsa. Verificou-se, assim, ao longo de 2002 a ocorrência de várias fusões por incorporação de Sociedades Corretoras e de Sociedades Financeiras de Corretagem em instituições de crédito, que passaram, deste modo, a prestar o serviço de negociação e de liquidação de operações de Bolsa.

No entanto, a INTERBOLSA admitiu, durante o ano 2002, quatro novos filiados nos seus Sistemas, que foram: a OK2Deal – Sociedade Corretora, S.A., a Luso Partners – Sociedade Corretora, S.A., o Banif – Banco de Investimento, S.A. e o Banco Espírito Santo dos Açores, S.A..

1 Filiação

	2002	2001	2000
Intermediários Financeiros:	52	63	63
Sociedades Corretoras	8	16	16
Sociedades Financeiras de Corretagem	7	11	11
Bancos	37	36	36
Outros utilizadores (BP, IGCP, SII)	3	3	3

3.1.2

Interação de valores mobiliários

No final de 2002 encontravam-se integrados nos Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários (Central) 1629 emissões, representadas por 6 biliões e quatrocentos mil milhões de unidades de valores mobiliários, com um valor nominal global de 106 mil milhões de euros.

Das 1629 emissões inscritas, 745 representavam empréstimos obrigacionistas públicos e privados, 564 emissões de acções, 8 emissões de Títulos de Participação, 24 emissões de Unidades de Participação de fundos de investimento fechados e 278 emissões de *warrants*.

Em 31 de Dezembro de 2002 a Central tinha, ainda, inscritos no seu Sistema, 10 emissões de certificados, reconhecidos pelo Regulamento da CMVM n.º 7/2002 como novos valores mobiliários.

Em termos globais, face ao mesmo período do ano anterior, verificou-se um decréscimo de 4,3 por cento no número total de emissões integradas, directamente relacionada com a diminuição do

nível de actividade do mercado primário. Verificou-se no entanto um aumento de cerca de 11,2 por cento da quantidade de valores mobiliários registados em conta.

3.1.3

Forma de representação

Em 31 de Dezembro de 2002, 89 por cento do total do número de emissões inscritas encontram-se representadas sob a forma escritural, traduzindo 99,9 por cento da quantidade de valores mobiliários sob controlo da Central.

No entanto, comparativamente a dados do ano anterior, verificou-se um acréscimo substancial do número de emissões representadas sob a forma titulada, o que pode ser explicado pela introdução, no novo Código dos Valores Mobiliários, do princípio da neutralidade da forma de representação, dando concretização à intenção do legislador no sentido de tornar indiferente a adopção pela entidade emitente de uma das duas formas de representação permitidas, titulada ou escritural.



2 Valores mobiliários integrados

Val. Mobiliários Integrados	31 de Dezembro de 2002			31 de Dezembro de 2001		
	Quantidade	Valor Nominal (10 [^] 3 eur)	Nº Em.	Quantidade	Valor Nominal (10 [^] 3 eur)	Nº Em.
Acções	18 903 528 355	31 786 557	564	18 418 696 376	29 742 005	557
Obrigações	6 358 495 835 419	74 135 873	745	5 701 274 302 747	66 374 427	781
TP's	21 028 278 179	210 283	8	21 035 387 758	210 271	15
UP's	170 124 467	—	24	176 775 634	—	27
Warrants	2 239 790 342	—	278	2 893 984 897	—	323
Certificados	9 500 000	—	10	—	—	—
Total	6 400 847 056 762	106 132 713	1 629	5 743 799 147 412	96 326 703	1 703

3 Forma de representação

Val. Mobiliários Integrados	N.º Emissões	31-12-2002	31-12-2001	
Rep. Escritural		1 456	1 617	
Rep. Titulada		173	86	
Total		1 629	1 703	
Qt. Valores Mobiliários				
Rep. Escritural		6 399 340 925 985	5 743 384 991 769	
Rep. Titulada		1 506 130 777	414 155 643	
Total		6 400 847 056 762	5 743 799 147 412	

3.1.4

Exercício de direitos de conteúdo patrimonial e outros direitos

De uma forma global, o número dos principais eventos processados pela Central, durante o ano 2002, confirmou a tendência de redução da actividade do mercado de capitais, tendência essa apenas contrariada por um aumento muito significativo do exercício de *warrants*.

Durante o ano em análise, foram efectuadas 389 operações sobre *warrants*, registando-se um acréscimo de 419 por cento relativamente ao ano de 2001, tendo o montante envolvido nestas operações aumentado 825 por cento no mesmo período.

As operações de pagamento de juros à Dívida Pública, apresentaram uma diminuição de 2,6 por cento em número de operações sendo que, o valor

4 Exercício de direitos

	2002	2001	Var. (%)
Juros / Remunerações tp's:			
Dívida Pública:			
N.º. Operações	37	38	-2,6
Qt. Val. Mobiliários	5 389 964 473 820	4 810 438 357 402	12,0
Valor (10 ³ eur)	2 624 057	2 346 456	11,8
Outras Emissões (ob./tp's):			
N.º. Operações	1 182	1 160	1,9
Qt. Val. Mobiliários	2 752 069 978 017	976 454 105 897	181,8
Valor (10 ³ eur)	818 323	959 241	-14,7
Amortizações:			
Dívida Pública:			
N.º. Operações	2	2	0,0
Qt. Val. Mobiliários	281 141 574 298	251 502 202 291	11,8
Valor (10 ³ eur)	2 811 416	2 515 022	11,8
Outras Emissões (ob./tp's):			
N.º. Operações	213	197	8,1
Qt. Val. Mobiliários	178 957 029 824	31 303 442 912	471,7
Valor (10 ³ eur)	3 481 705	2 184 185	59,4
Dividendos/Rendimentos up's:			
N.º. Operações	93	98	-5,1
Qt. Val. Mobiliários	13 294 137 498	11 360 929 872	17,0
Valor (10 ³ eur)	2 363 607	2 190 680	7,9
Subscrições :			
N.º. Operações	8	19	-57,9
Qt. Val. Mobiliários	333 858 049	903 406 425	-63,0
Valor (10 ³ eur)	1 503 459	2 047 875	-26,6
Warrants			
N.º. Operações	389	75	418,7
Qt. Val. Mobiliários	3 481 243 510	1 129 253 900	208,3
Valor (10 ³ eur)	157 829	17 059	825,2
Incorporações Reservas:			
N.º. Operações	7	10	-30,0
Qt. Val. Mobiliários	81 204 424	389 771 246	-79,2
Valor (10 ³ eur)	306 022	417 569	-26,7
Reduções/Fusões/Cisões:			
N.º. Operações	4	8	- 50,0
Qt. Val. Mobiliários	18 251 861	61 774 493	- 70,0
Valor (10 ³ eur)	136 672	185 400	- 26,0

envolvido nestas operações apresentou um acréscimo de 11,8 por cento.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas de outras Emitentes e ao pagamento de rendimentos a Títulos de Participação registou-se, durante o ano em análise, um acréscimo 1,9 por cento em número de operações apresentando o valor envolvido uma diminuição de 14,7 por cento, quando comparado com o ano 2001.

Ao nível das amortizações continua a denotar-se o efeito da crescente importância da dívida de outros emitentes, que não o sector público, tendo o número de amortizações da dívida deste sector aumentado 8,1 por cento e o valor correspondente aumentado 59,4 por cento, considerando os valores de 2001.

Durante o ano 2002, 93 emissões de acções e unidades de participação inscritas na Central procederam à distribuição de dividendos/rendimentos. Face ao ano anterior, verificou-se uma redução de 5,1 por cento neste tipo de eventos tendo o montante global envolvido nestas operações aumentado 7,9 por cento.

Acompanhando a redução da actividade do mercado de capitais, registou-se uma diminuição significativa das operações relativas a aumentos de capital por incorporação de reservas e por subscrição de capital, tendo os montantes envolvidos nestas operações decrescido, respectivamente, 30 por cento e 57,9 por cento,

quando comparados com valores de 2001.

As operações de redução de capital, as fusões e as cisões, quando analisadas conjuntamente, apresentaram uma redução de 50 por cento face ao ano anterior, tendo sido efectuadas 4 operações desta natureza, durante o ano 2002.

3.1.5

Serviços de Informação

Durante 2002, a INTERBOLSA prosseguiu a sua actividade de prestação regular de informação estatística e de natureza financeira aos intermediários financeiros, entidades emitentes, auditores e a outros participantes no mercado.

Relativamente aos pedidos de identificação de titulares, registaram-se 260 pedidos de entidades emitentes referentes ao desdobraimento de 460 valores mobiliários.

Estes valores, representam um acréscimo do número total de pedidos de desdobraimento, por parte das entidades emitentes, de 24 por cento quando comparados com o ano 2001.

5 Pedido de Identificação de Titulares

Identificação Titulares	2002	2001
n.º pedidos por emitente	260	210
n.º pedidos por código CVM	460	413

Sistemas de Liquidação

3.2

Em 2002, devido à redução do volume de transacções verificada no mercado a contado e à consolidação operacional das actividades de corretagem de muitos intermediários financeiros, verificou-se uma redução do número de liquidações de operações efectuadas pela INTERBOLSA. Assim, o número de instruções de liquidação recebidas pela INTERBOLSA decresceu em 30 por cento e os valores globais liquidados diminuíram 31 por cento comparativamente a 2001.

Durante 2002, verificou-se uma melhoria significativa no grau de cumprimento das ordens de liquidação emitidas, devido à implementação de alterações no tratamento dos incumprimentos detectados após a liquidação das operações de Bolsa a contado. De acordo com estas alterações,

quando no processamento geral diurno de D+3 se verifica uma insuficiência no saldo das contas de valores mobiliários de um membro, são efectuadas novas tentativas de liquidação antes da activação de um empréstimo automático ou, na hipótese de este não ser viável, da emissão de ordens de recompra.

Assim, em 2002 registou-se uma diminuição de 24 por cento em quantidade e de 77 por cento em valor das liquidações no Sistema de Empréstimo Automático (SEA). De igual forma, diminuiu em 98 por cento a quantidade de valores mobiliários objecto de emissão de ordens de recompra.

Relativamente ao insucesso da liquidação de operações, dando origem à respectiva reversão,

6 Liquidações mercado a contado

	Mercado a contado	2002	2001	Var. (%)
Liquidação				
	n.º instruções liquidadas	2 299 495	3 273 618	- 30
	Quantidade	60 919 767 351	80 407 172 465	- 24
	Valor (10 ³ eur)	13 434 011	19 132 442	- 30
	Quantidade Compensada	16 145 208 897	22 456 616 750	- 28
	Valor (10 ³ eur)	10 364 521	15 349 998	- 32
	Valor total (10 ³ eur)	23 798 532	34 482 440	- 31
Resubmissões				
	n.º instruções	2 016	-	-
	Quantidade	3 742 200	-	-
	Valor(10 ³ eur)	12 151	-	-
Sistema Empréstimo Automático				
	n.º instruções	271	1 078	- 75
	Quantidade	462 134	608 802	- 24
	Valor (10 ³ euros)	1 234	5 429	- 77
Ordens de Recompra Emitidas				
	n.º ordens	4 188	3 898	7
	Quantidade	799 886	52 702 517	- 98
	Valor (10 ³ euros)	50 078	21 929	128
Liquidação Ordens de Recompra				
	n.º instruções	8 453	6 105	38
	Quantidade	65 188 790	51 767 639	26
	Valor (10 ³ euros)	37 813	20 652	83
Reversão de Operações				
	n.º instruções	1 073	515	108
	Quantidade	2 912 570	3 606 913	- 19
	Valor (10 ³ euros)	14 347	3 755	282



verificou-se uma diminuição de 19 por cento comparativamente ao ano anterior, representando no entanto 0,05 por cento em número de instruções e 0,06 por cento em termos de valor.

O Mercado Especial de Operações por Grosso (MEOG) continua com tendência de reduzida actividade, iniciada aquando da implementação do MEDIP em Portugal. Os valores liquidados neste mercado, diminuiram 12 por cento quando comparados com os valores registados no ano 2001.

A liquidação de operações do mercado de reportes apresentou uma variação negativa de 71 por cento no número de instruções liquidadas, seguindo as restantes áreas de intervenção dos Sistemas de Liquidação geridos pela INTERBOLSA. O valor liquidado apresenta, pela mesma razão,

uma diminuição de 67 por cento quando comparado com valores de 2001.

Relativamente ao insucesso da liquidação das operações registadas neste mercado, verificou-se um aumento de 11 por cento em número de instruções, com um valor 96 por cento inferior ao do ano transacto.

O Sistema de Liquidação Real Time (SLrt) iniciou o seu funcionamento no último trimestre de 2001, tendo durante o ano de 2002 sido implementado mais um ciclo diário de liquidação, a ocorrer às 15 horas, para nova tentativa de liquidação das operações pendentes, respondendo assim à necessidade sentida pelos intermediários financeiros participantes neste sistema. Durante o ano em análise, foram executadas 64 915 instruções de liquidação de valor correspondente a 12,5 mil milhões de euros.

7 Liquidações MEOG

	MEOG	2002	2001	Var. (%)
	Valores Liquidados			
	n.º instruções	4	43	-91
	Valor (10 ³ eur)	64 049	73 101	-12

8 Liquidações de Operações de Reporte

	Reportes	2002	2001	Var. (%)
	Valores Liquidados			
	n.º instruções	193	672	-71
	Valor (10 ³ eur)	717 678	2 181 305	-67
	Valores não liquidados			
	n.º instruções	10	9	11
	Valor (10 ³ eur)	1 234	31 096	-96

9 Sistema de Liquidação Real Time (SLrt)

	SL rt	2002	2001
	Valores Liquidados		
	n.º guias	64 915	21 391
	Valor (10 ³ eur)	12 515 142	5 057 724

Durante o ano de 2002 a INTERBOLSA, enquanto Agência Nacional de Codificação, prosseguiu a sua actividade de codificação de valores mobiliários e instrumentos financeiros, tendo atribuído 1361 novos códigos ISIN e desactivado 1141 códigos.

O total de códigos activos, no final do ano em análise, era de 2822.

Desde o início da sua actividade em 1996, foram atribuídos 6829 códigos ISIN e desactivados 4008.

Reflectindo a evolução do mercado de capitais,

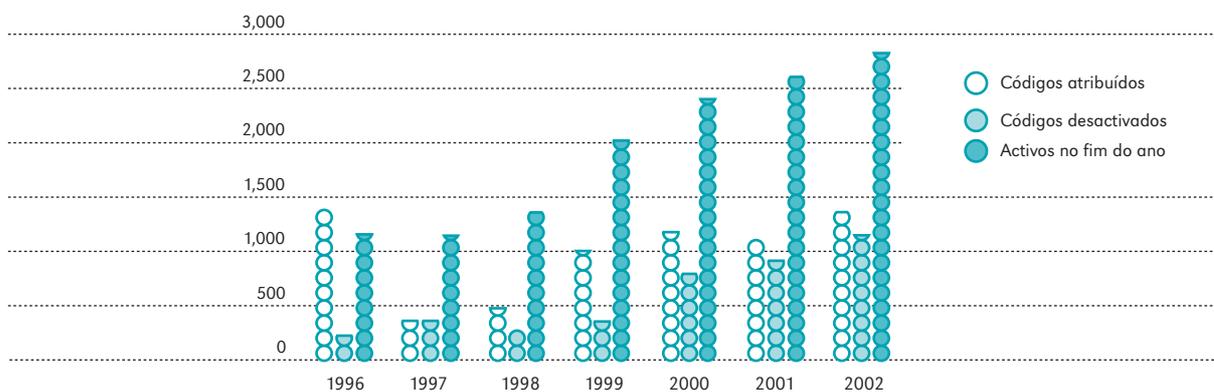
10 Códigos por tipo de valor mobiliário

Tipo de valor mobiliário	Número de códigos atribuídos
Acções privilegiadas preferenciais remíveis	6
Acções privilegiadas preferenciais sem voto	9
Acções de fruição	0
Acções privilegiadas (outras)	1
Acções privilegiadas beneficiárias	0
Acções ordinárias	1.274
Certificados	10
Certificados de aforro	2
Credit linked notes	0
Direitos de incorporação	94
Direitos de subscrição	14
Futuros	0
Índices	13
Moeda	1
Obrigações com direito de subscrição	7
Obrigações participantes	7
Obrigações clássicas	231
Obrigações convertíveis	2
Obrigações de caixa	625
Opções	0
Papel comercial	184
Taxas de juro	3
Títulos de Depósito	2
Bilhetes de Tesouro	0
Títulos de Participação	8
Unidades de Participação - FIIA	14
Unidades de Participação - FIIF	28
Unidades de Participação - FIMA	238
Unidades de Participação - FIMF	22
Unidades de titularização de créditos fixas	0
Unidades de titularização de créditos variáveis	0
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	1
Warrants	26
Total	2.822

durante o ano 2002 foram atribuídos códigos aos novos valores mobiliários – certificados e ainda aos valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis.

Apresenta-se, de seguida, a distribuição dos códigos ISIN activos por tipo de valor mobiliário à data de 31 de Dezembro de 2002.

g1 Códigos ISIN Activos/atribuídos/desactivados



4 Políticas de gestão

As políticas de gestão da INTERBOLSA percorrem transversalmente todas as matérias e actividades enunciadas ao longo do presente Relatório.

Porém, por facilidade de exposição e razões de tradição, entendeu-se ser este o capítulo apropriado para o desenvolvimento de um conjunto de aspectos pilares da gestão e organização da empresa.

Organização interna

4.1

A organização interna da INTERBOLSA baseia-se numa estrutura de natureza funcional, assente num critério de especialização das tarefas afectas a diferentes departamentos.

A actividade operacional da INTERBOLSA encontra-se repartida por dois departamentos: a Central de Valores Mobiliários e o Departamento de Informática.

A Central de Valores Mobiliários, assume o *core business* da instituição, constituindo o Departamento de Informática o seu principal suporte técnico e operacional.

As actividades funcionais de suporte encontram-se repartidas pelo Departamento Jurídico, pelo Departamento de Marketing, pela Auditoria, pelo Departamento Administrativo e Financeiro e, ainda, pelo Departamento de Recursos Humanos, este último, em regime de sub-contratação.

Por outro lado, alguns dos inconvenientes da estrutura funcional vêm sendo matizados através da criação de unidades interdepartamentais flexíveis, com carácter temporário, as quais, sob a coordenação de um responsável de projecto dotado de autoridade funcional, asseguram a melhor qualidade e rapidez dos processos de decisão corrente respeitantes aos projectos especiais de desenvolvimento em curso na empresa.

Este modelo conceptual, considerado o mais competitivo e eficiente face à dimensão da empresa e à pouca diversidade do seu leque de actividades, não prescinde de um contínuo esforço de adequação da estrutura organizativa à estratégia delineada.

Tendo em vista a boa concretização destes princípios, no final do ano de 2002 a INTERBOLSA, com a colaboração de uma empresa internacional especializada, realizou um levantamento exaustivo de todas as suas actividades, processos e funções.

Igualmente neste sentido, foram dados passos importantes para a redefinição dos processos operacionais, tendo em vista agilizar, flexibilizar e otimizar procedimentos internos, não só por via do aperfeiçoamento da boa explicitação dos mesmos mas, igualmente, pela clarificação das funções e objectivos a cargo de cada um dos responsáveis da organização.

Na mesma perspectiva, criaram-se novos fora, de significativa utilidade para o processo de decisão e respectiva comunicação, no âmbito dos quais se processa a coordenação dos grandes temas da instituição e se facilita o desenvolvimento que lhes está associado, e reactivaram-se igualmente alguns mecanismos indispensáveis ao controlo da implementação da estratégia.

Deste modo, caminha-se para uma estrutura híbrida que, com base na boa delimitação e



comunicação da estratégia e numa gestão orientada por objectivos e suportada por *value based management*, seja capaz de se adaptar, com grande flexibilidade, aos novos projectos a desenvolver e responder, em tempo útil e, se possível, em antecipação, aos desafios futuros.

Esta orientação, aliada às preocupações da INTERBOLSA com a sua eficiência operativa, têm conduzido a um alargamento sustentado do

recurso a STP - *Straight Through Processing* (sistema de transferência de informação de sistema informático para sistema informático completamente automatizado).

Saliente-se, a este nível, que a INTERBOLSA é uma das Centrais europeias cujo nível de recurso a esta tecnologia é mais elevado, situando-se acima dos 90 por cento no que se refere aos sistemas de liquidação.

Recursos humanos

4.2

A INTERBOLSA contava, no final de 2002, com um total de 43 colaboradores, distribuídos de acordo com o quadro abaixo.

O princípio essencial da política de gestão de recursos humanos da INTERBOLSA, é a continuação da aposta, sob o princípio de “desenvolvimento de talentos”, na formação e valorização dos seus colaboradores, como forma de garantir elevados padrões de organização e de qualidade dos recursos humanos.

A organização de mercados financeiros e de sistemas conexos, com um grau de exigência progressivamente maior, designadamente ao nível da constante evolução da tecnologia empregue, implica também um nível cada vez mais apurado dos recursos humanos envolvidos e uma motivação capaz de aceitar novos desafios, assim como a flexibilidade necessária para os enfrentar.

Assim, na vertente da formação e de valorização de recursos, a INTERBOLSA tem procurado



Departamentos	Áreas	Nº de colaboradores
Assessoria do Conselho de Administração		2
Departamento Jurídico		1
Auditoria		1
Secretariado do Conselho de Administração		1
Central de Valores Mobiliários		
	Direcção	1
	Secretariado	1
	Liquidação	2
	Direitos e Inscrições	4
	Custódia de Títulos	2
	Gestão de Informação	1
	Agência Nacional de Codificação	1
Departamento de Informática		
	Direcção	1
	Exploração	7
	Desenvolvimento Aplicacional	9
	Desenvolvimento Tecnológico	4
Departamento de Marketing		2
Departamento de Recursos Humanos		(*)
Departamento Administrativo e Financeiro		3

(*) As funções de Recursos Humanos são exercidas em regime de sub-contratação

reforçar constantemente as competências dos seus colaboradores.

À participação nas acções de formação do IMC – Instituto do Mercado de Capitais, departamento da Euronext Lisbon especializado nesta área de actividade, tem acrescido a frequência de cursos da área informática e de seminários nacionais e internacionais incidentes sobre aspectos particulares do funcionamento do mercado e dos produtos nele negociados.

De igual modo, é política comum na INTERBOLSA, a indicação de alguns dos seus colaboradores para a frequência das Pós-graduações em cuja organização a Euronext Lisbon se encontra envolvida, sendo bons exemplos a Pós-graduação em Gestão do Risco e Derivados e a Pós-graduação em Mercados, Instrumentos e Instituições Financeiras, ambos com edições em Lisboa e no Porto.

Ainda ao nível da formação, a INTERBOLSA vem disponibilizando aos seus colaboradores a frequência de aulas de inglês, ministradas pelo American Language Institute nas instalações no Porto, onde diversos colaboradores encontram oportunidade para desenvolver as suas capacidades neste idioma, valência indispensável na nova envolvente multinacional em que se insere a actividade da empresa.

Todo este envolvimento pretende possibilitar um ambiente potenciador de motivação e satisfação profissional, garantindo condições de evolução

consentâneas com o elevado padrão de qualidade, pelo qual se rege a actividade da INTERBOLSA.

Neste contexto, há ainda a notar, como aspecto negativo, a greve levada a efeito pelos trabalhadores da INTERBOLSA no início do segundo semestre de 2002.

O referido evento constituiu, em parte, a consequência do regime “híbrido” no qual se viram integrados os trabalhadores da INTERBOLSA, que antes se encontravam integrados na Caixa Geral de Aposentações, na medida em que estes, não sendo já trabalhadores do regime da função pública, mas sim, jurídica e efectivamente, trabalhadores sujeitos ao regime jurídico do contrato individual de trabalho, continuaram a ser abrangidos pelo regime da Caixa Geral de Aposentações e do Montepio dos Servidores do Estado não beneficiando, por isso, do sistema de protecção próprio do regime geral de Segurança Social.

O facto de os diplomas legais entretanto publicados, quer em 1991 aquando do processo de constituição da INTERBOLSA, quer em 1999 ao tempo da respectiva transformação em sociedade anónima, não terem contemplado de forma adequada a integração dos trabalhadores da INTERBOLSA no regime geral da segurança social, acabou por conduzir a uma situação de infundados receios que, a partir de certo momento, se traduziram na apresentação de pretensões que a Administração da INTERBOLSA não pôde deixar



	Faixa Etária	Nº Colaboradores	
	30 - 35	11	
	36 - 40	10	
	41 - 45	13	
	46 - 50	9	

	Nível Habilitações	Nº Colaboradores	
	Pós-Graduação	6	
	Licenciatura	17	
	Bacharelato	3	
	Frequência Ensino Superior	4	
	Escolaridade Obrigatória	13	

de considerar excessivas e injustificadas o que dificultou um entendimento que, no entanto, haveria de ser alcançado.

Mas a ocorrência da greve, constituindo em si um facto negativo, permitiu retirar conclusões e consequências, essas positivas, no sentido da

identificação das vias mais adequadas para a busca constante do mais elevado desempenho, seja através da clarificação de funções e do correspondente aumento da eficácia, seja pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido devido à constante iniciativa avaliadora que a empresa vai levando a cabo.

Desenvolvimento de produtos e serviços

A INTERBOLSA tem seguido uma estratégia baseada na melhoria contínua dos seus produtos e serviços, de acordo com as necessidades dos seus clientes.

Assim, é reconhecido pelo universo dos clientes da INTERBOLSA que os sistemas da empresa são eficientes e respondem com segurança e fiabilidade às respectivas necessidades.

Do mesmo modo, é reconhecido que o nível de apoio global e de serviços prestados pela INTERBOLSA aos seus clientes, se caracteriza pela sua excelência mesmo quando aferido pelos mais exigentes padrões internacionais.

No concreto, a estratégia acima enunciada materializou-se, durante o ano de 2002, em melhorias continuadas nos sistemas de liquidação, nos sistemas centralizados e nos serviços prestados pela Agência Nacional de Codificação, bem como, em desenvolvimentos importantes nos produtos da INTERBOLSA.

Assim, ao nível dos serviços centralizados de valores mobiliários, a INTERBOLSA:

- > criou novos tipos de conta para permitir aos intermediários financeiros efectuar mais facilmente os pagamentos de dividendos;
- > rectificou a redenominação automática, ocorrida no final de 2001, para as emitentes que só tardiamente informaram a INTERBOLSA da redenominação, para euro, do seu capital social, sem encargos adicionais para estas emitentes;
- > actualizou os manuais operativos e de

4.3

procedimentos, para as entidades emitentes e os intermediários financeiros.

Ao nível dos Sistemas de Liquidação, a INTERBOLSA:

- > criou um novo ciclo de resubmissão de operações no Sistema de Liquidação real time – SLrt, com início às 15 horas;
- > alterou os sistemas de liquidação no que respeita ao tratamento dos incumprimentos detectados após a liquidação das operações de Bolsa a contado - alargamento da janela de liquidação de operações de Bolsa – permitindo, através de várias resubmissões ao longo de D+3 e D+4, a entrega de valores por parte do vendedor até às 13:15 horas de D+4
- > adequou os Sistemas de Especificação e Liquidação para o tratamento de operações *After-Hours* e de operações sobre Certificados;
- > implementou um novo serviço denominado *STD Mail*, com o objectivo de permitir a troca de mensagens entre os filiados da INTERBOLSA.

Relativamente à Agência Nacional de Codificação, a INTERBOLSA:

- > atribuiu códigos ISIN e CFI aos certificados e ainda aos valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis;
- > encontra-se preparada para atribuir códigos ISIN e CFI aos produtos derivados – futuros e opções;
- > concluiu o desenvolvimento de uma nova Base de Dados ISIN, que no futuro permitirá melhorar a difusão de informação, nomeadamente o envio diário de informação para a ASB - ANNA Service Bureau.

Política de cooperação e representação

44

A INTERBOLSA acredita, que o desejável aprofundamento da integração internacional dos sistemas financeiros está a ser dificultado por ineficiências diversas nos sistemas internacionais de compensação e liquidação.

A remoção destas ineficiências é condição essencial para eliminar os custos excessivos de operações transfronteiras e minimizar os respectivos riscos, designadamente jurídicos.

Com o objectivo de remover estas ineficiências e desenvolver e integrar internacionalmente o mercado de capitais português, defendendo os interesses dos seus participantes, a INTERBOLSA tem desenvolvido um trabalho continuado com diversas organizações internacionais.

A INTERBOLSA esteve envolvida, directa ou indirectamente, com diversas entidades, tais como, a Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Banco Central Europeu, para estudar a compensação e liquidação no seio da UE definindo regras basilares e identificando futuros desafios, tais como:

- > a fragmentação resultante das diferenças nacionais resultantes das práticas de mercado e das condicionantes técnicas, das barreiras legais e do tratamento diferenciado de taxas e impostos;
- > a necessidade de harmonização de regras entre as diversas autoridades de supervisão do mercado;
- > a abordagem *Place of the Relevant Intermediary Approach*;
- > as regras de livre concorrência no seio da EU.

Por outro lado, a INTERBOLSA tem estado especialmente empenhada em acompanhar os trabalhos do *Giovannini Group*, comité que, no âmbito da Comissão Europeia, estuda as principais causas de ineficiência nas operações de compensação e liquidação transfronteiras e a harmonização da respectiva legislação comunitária.

Destaque, igualmente, para a participação da INTERBOLSA no âmbito da *European Central*

Securities Depositories Association (ECSDA), associação que tem por fim representar e promover os interesses das Centrais de Valores Mobiliários e das Centrais Internacionais de Valores Mobiliários, mantendo representantes no seu *Management Committee* e participando em diversos grupos de trabalho.

De entre estes últimos, salientem-se: os *Audit, Security and Compliance Group, ECSDA Cross Border Settlement, Technical Specifications e Cross Border Corporate Action and Events Processing*.

Nestes grupos, têm sido discutidos problemas relacionados com a segurança e o risco operacional dos serviços prestados pelas Centrais de Valores Mobiliários, a liquidação DVP e as transferências FOP entre membros da ECSDA.

Também têm sido muito estudadas questões relacionadas com a uniformização de procedimentos e a implementação de aspectos técnicos relacionados com o tratamento de eventos empresariais, tais como, o fluxo de informação entre Centrais, as taxas, a votação electrónica, os *relayed links*, e os *claims and compensations*.

A INTERBOLSA, através da Agência Nacional de Codificação, também tem estado empenhada no desenvolvimento dos aspectos mais relevantes da actividade da ANNA – *Association of National Numbering Agencies S.C.R.L.*, associação de que é membro desde 1993 e entidade responsável, a nível mundial, pela promoção, implementação e manutenção das Normas ISO 6166 e 10962.

Esta associação tem como principais objectivos:

- > dar toda a assistência às Agências Nacionais de Codificação;
- > elaborar directrizes (*guidelines*) a seguir pelos seus membros;
- > implementar o serviço ASB (*Anna Service Bureau*), que permite o acesso a informações internacionais sobre os códigos ISIN atribuídos pelas diversas Agências Nacionais de Codificação.



Economia Internacional

5.1

Perspectiva macroeconómica

Como foi já referido, uma recuperação sustentada da actividade económica internacional depende tanto de um forte ajustamento macroeconómico, que pode ser demorado, como do desaparecimento dos factores de incerteza geo-políticos que estão a inibir a expansão da procura. Nestas circunstâncias, as perspectivas sobre o ritmo de crescimento económico internacional em 2003 não são as mais favoráveis.

De facto, a recuperação económica nacional além de depender da recuperação económica internacional, ainda necessita de ajustamentos demorados da posição competitiva nacional e das contas públicas.

Perspectivas de evolução dos mercados financeiros

A recuperação dos mercados financeiros depende da recuperação macroeconómica e, principalmente, da redução dos níveis de incerteza. A redução da incerteza de natureza geo-política, actualmente existente, pode ter um efeito muito significativo e rápido sobre a actividade e os níveis de preços dos diferentes segmentos dos diversos mercados financeiros.

Como é imprevisível a evolução da situação política internacional, também é imprevisível o momento da inversão de tendências dos mercados financeiros, tanto nacionais como internacionais.



Migração

5.2

Conforme, em devido tempo, acima se mencionou, em Fevereiro de 2002, a Euronext, N.V., passou a deter a totalidade do capital social da BVLP, actualmente Euronext Lisbon, como resultado da operação pela qual os então accionistas da Bolsa portuguesa trocaram as acções que detinham nesta sociedade por acções representativas do capital social da Euronext, N.V..

De imediato, a Euronext Lisbon deu início ao projecto de migração dos sistemas nacionais, ao nível dos aspectos técnicos e operacionais, bem como de harmonização de regras, projecto esse que, aquando da sua concretização, em 2003, permitirá replicar em Portugal o modelo de mercado Euronext assente na existência de uma plataforma unificada para negociação e

compensação das operações no mercado de Bolsa.

A este processo de migração não é indiferente a INTERBOLSA, mercê das alterações que o mesmo implica ao nível dos sistemas por ela geridos, bem como, e conseqüentemente, ao nível da sua regulamentação.

Por essa razão, a INTERBOLSA, através dos seus principais quadros, vem participando activamente no projecto de migração em curso, tendo em vista proceder à adaptação dos seus sistemas a fim de, já a partir do início do primeiro semestre de 2003, contemplar na liquidação de todas as operações de Bolsa, incluindo as operações do mercado à vista, a existência de uma contraparte central (CCP).

A este propósito, e ainda que em termos muito sucintos, convém recordar que na integração da Euronext Lisbon na plataforma Euronext e na adopção do designado *Euronext Market Model*, a *Clearnet (Banque Centrale de Compensation)*, assumirá a função de compensação, bem como, o papel de contraparte central, interpondo-se, assim, entre a negociação e a liquidação em sentido estrito.

A implementação de uma contraparte central no mercado português, deverá implicar algumas alterações no sistema de liquidação, das quais se referem como mais significativas: a ausência de processos de *netting* nos sistemas geridos pela INTERBOLSA, a resubmissão de falhas de liquidação a novas tentativas por um período superior ao actual e a não emissão de ordens de recompra, processo este que será gerido pela *Clearnet*.

Nestes termos, o esforço a realizar pela INTERBOLSA, essencialmente, ao nível dos sistemas de liquidação por si geridos, e que constitui um forte desafio à sua capacidade de adaptação, será vital para o sucesso da implementação do modelo de negociação da Euronext, permitindo ao mercado continuar a

proceder à liquidação da forma segura e eficiente que sempre tem ocorrido e garantindo, de igual modo, todas as funções descentralizadas a nível de custódia.

Neste contexto, fácil é compreender que o desenvolvimento estratégico da INTERBOLSA, no futuro próximo, se opera, necessariamente, no contexto da sua participação no projecto mais vasto de integração da Bolsa portuguesa na Euronext.

E, do mesmo modo, cumpre notar que a participação da INTERBOLSA no projecto Euronext determina, necessariamente, diferentes estratégias para as suas actividades de custódia e de liquidação.

Na verdade, e se no que respeita às actividades de gestão de sistemas centralizados de valores mobiliários, com prestação de serviços de custódia, a sua configuração actual se ajusta perfeitamente ao modelo Euronext, já no que respeita às actividades de liquidação e compensação, a estratégia associada àquele modelo impõe a migração das actuais plataformas tecnológicas e operacionais para as plataformas pan-europeias.



Modelo de liquidação

No entretanto, e porque um dos pilares fundamentais do projecto Euronext assenta na existência de um acordo de atribuição preferencial das actividades de liquidação à Euroclear, um outro vector essencial do posicionamento estratégico da INTERBOLSA consubstancia-se no estabelecimento de uma relação de trabalho próxima com a Euroclear, tendo em vista a análise de eventuais formas de relacionamento futuro.

Nesse sentido, ao longo de 2002, as duas instituições trabalharam em conjunto com vista à aquisição de um melhor conhecimento mútuo dos respectivos sistemas, serviços, funções e procedimentos, trabalhos que continuarão no decurso de 2003.

53

No que respeita às actividades de custódia e liquidação, naturalmente inseridas no contexto do mercado de capitais europeu, em fase de consolidação, não é ainda claro o futuro posicionamento, objectivo e relativo, dos mais significativos projectos em curso: a Euroclear, após o recente acordo de fusão com a CrestCo, e tendo como parceiro preferencial a Euronext, e a Clearstream, detida pela Deutsche Börse.

Mais clara parece ser a crescente partição e estratificação do processo das operações de Bolsa nas três actividades essenciais já por diversas vezes mencionadas: a negociação, sob a responsabilidade das sociedades gestoras de Bolsa, a compensação, a cargo de entidade que desempenhe as funções de contraparte central, e a liquidação de operações e a custódia de valores

mobiliários, missão da INTERBOLSA, a CSD (*Central Securities Depository*) do mercado português.

Neste cenário, a estratégia da INTERBOLSA não se resume a uma eventual futura colaboração com a Euroclear no quadro mais geral da Euronext.

Pese embora a sua posição de proximidade privilegiada relativamente ao emergente mercado único europeu de capitais, a INTERBOLSA mantém-se atenta às perspectivas e tendências de desenvolvimento do negócio da custódia ao nível europeu e mundial, e, em especial, aos movimentos

de consolidação da função liquidação no contexto europeu.

Assim, ao longo do ano de 2003, a INTERBOLSA prosseguirá a sua estratégia de afirmação da sua posição na cadeia de valor da liquidação ao nível europeu, dedicando especial atenção e desenvolvimento aos temas de *cross-border consolidation e connectivity*, e consolidando o conjunto de vantagens competitivas distintas da empresa (neutralidade e independência, *know-how*, alto nível de segurança, alto nível de STP - *Straight Through Processing* e flexibilidade).

Novos produtos e metodologias

54

Cooperação

Além dos grandes projectos de migração e redefinição do modelo de liquidação, estruturantes para a INTERBOLSA e mobilizadores dos intervenientes no mercado de capitais português, a INTERBOLSA vai continuar a realizar todos os esforços de cooperação para satisfazer as necessidades dos seus filiados e dos emitentes nacionais.

Nesta área, o primeiro conjunto de acções da INTERBOLSA tem a ver com o crescente desenvolvimento das actividades financeiras à escala europeia. Os actuais mecanismos de compensação e liquidação são eficazes a nível nacional mas são demasiado complexos e onerosos em operações transfronteiras.

A Comissão Europeia definiu que os objectivos a prosseguir para se conseguir na UE uma infra-estrutura integrada são a supressão dos obstáculos à conclusão das transacções transfronteiras individuais e a eliminação de eventuais distorções e restrições que afectem as infra-estruturas de pós-transacção na UE, devendo os agentes que asseguram funções idênticas estar sujeitos a regras e obrigações equivalentes e dispor de direitos semelhantes.

Nesse sentido, no ano de 2003, a INTERBOLSA irá continuar a envidar esforços para a realização efectiva de uma Compensação e

Liquidação sem fronteiras na Europa, trabalhando para suprimir os obstáculos à conclusão de transacções transfronteiras individuais: obstáculos técnicos ou associados às práticas de mercado, obstáculos fiscais, promoção de condições de concorrência equitativas entre prestadores de serviços de compensação e de liquidação e implementação de direitos de acesso e escolha dos procedimentos de compensação e liquidação.

Filiados e Emitentes Desenvolvimento de serviços e produtos

Na escrupulosa prossecução da sua missão, a INTERBOLSA assume como um dos vectores estratégicos da sua actuação para o ano de 2003, a pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços que contribuam para o desenvolvimento do mercado de capitais, através da facilitação da actuação dos intermediários financeiros e das entidades emitentes, criando condições competitivas e reduzindo riscos sistémicos, ao mesmo tempo que concretiza as suas responsabilidades da defesa dos investidores.

Durante o primeiro semestre de 2003 a INTERBOLSA dedicar-se-á ao estudo e análise de um conjunto de novos serviços a desenvolver e implementar na segunda parte do ano, sempre com base em sistemas de alta confiança e flexibilidade assegurada. Saliente-se que a



colaboração dos filiados na INTERBOLSA e dos emitentes nacionais é fundamental para que estes novos serviços correspondam, conceptualmente, às suas necessidades e prioridades e satisfaçam os seus requisitos de eficiência operativa.

No que respeita a novos serviços para filiados, a INTERBOLSA considera prioritário o desenvolvimento de um serviço de transferência internacional de títulos (*cross border transfers*) e a dinamização de um serviço de empréstimo de títulos que vise aumentar a liquidez e a profundidade do mercado a contado.

Havendo interesse dos filiados, existe ainda a possibilidade de serem desenvolvidos novos serviços de gestão de contas e de informação que possibilitem aos filiados melhorar a gestão de serviços prestados a intermediários financeiros não compensadores e a fundos de investimento.

A INTERBOLSA, como Agência Nacional de Codificação, vai reforçar o seu sistema de divulgação de códigos de valores, melhorando a rapidez de difusão de informação. Exemplo de medida concreta é, a difusão da informação relativa aos códigos ISIN, *maxime*, na aplicação STD (Serviço de Transferência de Dados). Espera-se que a informação esteja igualmente disponível para consulta pelos Intermediários Financeiros no *site* da INTERBOLSA.

Encontra-se igualmente em estudo a implementação, a curto prazo, de um serviço de comunicação electrónico para divulgação de informações sobre empresas e emitentes, bem como um serviço de divulgação e pesquisa de informação estatística.

No que respeita às entidades emitentes, a INTERBOLSA tem em estudo a possibilidade de desenvolvimento de um serviço de votação electrónica em Assembleias Gerais (*electronic voting*), podendo ainda desenvolver, em colaboração com os seus filiados, serviços específicos de registo e guarda de emissões não cotadas em mercados regulamentados. Os emitentes poderão ainda beneficiar de uma redefinição dos serviços de divulgação de informação financeira e estatística da INTERBOLSA.

No contexto de melhoria dos produtos e serviços da INTERBOLSA assumirá particular relevância a redefinição dos processos de suporte a filiados e

emitentes, que se espera poder implementar já no segundo semestre de 2003. Esta redefinição de processos visa manter o elevado nível de suporte actualmente existente melhorando a sua qualidade através do reforço dos canais e dos conteúdos do serviços de suporte actualmente existentes.

Marketing e comunicação

Tendo em consideração o seu compromisso de respeitar integralmente as necessidades dos seus filiados e emitentes, a INTERBOLSA está a desenvolver um novo modelo de marketing e comunicação que pretende implementar em 2003.

Este novo modelo, mantendo a prioridade absoluta dada ao produto e ao serviço ao cliente, dará maior ênfase que o anterior às variáveis de comunicação bilateral com filiados e emitentes e contemplará, necessariamente, uma adaptação do actual preçário da INTERBOLSA.

O reforço da política de comunicação terá como objectivo permitir à INTERBOLSA perceber e responder às necessidades dos seus clientes, de uma forma ainda mais rápida que a actual e, em especial no curto prazo, visa acompanhar de modo mais aprofundado os referidos clientes durante o processo de migração em curso.

O aprofundamento das relações entre a INTERBOLSA, os seus filiados e as entidades emitentes nacionais é factor crítico para o desenvolvimento dos sistemas de suporte do mercado de capitais nacional e para a defesa da sua competitividade. A INTERBOLSA está melhor posicionada do que qualquer empresa internacional para fornecer sistemas de liquidação e custódia de valores especificamente adaptados às necessidades e características dos intervenientes no mercado de capitais português mas para poder concretizar este potencial, precisa de uma colaboração activa destes mesmos intervenientes.

Know-how

Na definição e implantação da sua estratégia, a INTERBOLSA identifica como uma das suas principais competências distintivas o conhecimento do negócio de liquidação e custódia: conhecimento ao nível das normas e demais regulamentação, conhecimento das actividades

e dos processos, bem como, conhecimento especializado e actualizado das tecnologias.

Estes conhecimentos estão incorporados em procedimentos, em rotinas, em manuais e, principal e fundamentalmente, nos recursos humanos da INTERBOLSA.

De facto, os colaboradores na INTERBOLSA são os principais depositários de uma tradição de desenvolvimento e aplicação de conhecimento especializado, nesta matéria, sem paralelo em Portugal.

Ao longo do ano de 2003, a INTERBOLSA procurará concretizar um conjunto de iniciativas que permitam assegurar a permanência das suas *key people* e, ao mesmo tempo, continuar a apetrechar a empresa com os recursos adequados à prossecução da sua missão e à materialização e registo do vasto acervo de conhecimento de que é titular, assim garantindo a integridade, confiança e disponibilidade do seu *know-how*.

Sistemas de Tecnologias de Informação

No início do presente Relatório e Contas, sublinhou-se que a INTERBOLSA deve fornecer aos principais intervenientes no mercado de capitais, sistemas eficientes de registo, depósito e guarda de valores mobiliários e sistemas avançados de liquidação e compensação das transacções sobre esses mesmos valores.

O sentimento recolhido junto dos clientes é o de que os sistemas e serviços da INTERBOLSA apresentam características de fiabilidade, eficácia e segurança.

Sem prejuízo, a INTERBOLSA analisa, em permanência, a adequação presente e futura dos seus sistemas, assegurando a sua capacidade de adaptação aos desafios vindouros e não hesitará em desenvolver e implantar soluções alternativas ou complementares às actuais sempre que tal se revele necessário.

Em 2003, e no âmbito do plano de negócios a apresentar para o triénio seguinte, serão estudados todos os cenários que conduzam à melhoria da capacidade de resposta dos sistemas da INTERBOLSA, por forma a assegurar a manutenção das referidas características de fiabilidade, eficácia e segurança.

Simultaneamente, a INTERBOLSA continuará a dotar o seu Centro Alternativo de todos os meios necessários à continuidade do seu funcionamento, em caso de catástrofe, bem como, aperfeiçoará soluções alternativas que permitam à empresa fazer face a qualquer situação de contingência motivada por diferentes razões.

Por fim, e no âmbito de um movimento global iniciado na sequência do 11 de Setembro de 2001, a INTERBOLSA vem trabalhando, em articulação com outras CSD (*Central Securities Depository*) e ICSD (*International Central Securities Depository*), no estudo e desenvolvimento de planos de contingência e procedimentos que procuram assegurar, em caso de repetição de eventos semelhantes, a continuidade das operações ou o seu restabelecimento com a maior rapidez possível.

Desenvolvimento organizacional

A adaptação da estratégia, fruto da necessária e permanente adequação à sua envolvente específica, suscita alterações regulares na estrutura por forma a manter intacta a dinâmica e flexibilidade da capacidade de resposta da INTERBOLSA.

A introdução de novos mecanismos e procedimentos, ao nível da identificação de responsabilidades e da redefinição dos processos operacionais, de par com a redução do número de níveis hierárquicos, tem possibilitado não só a contínua descentralização dos processos de decisão corrente, alcançada no devido enquadramento e controlo das decisões estratégicas fundamentais, mas igualmente ganhos apreciáveis de eficácia na boa comunicação entre a Administração e o conjunto dos colaboradores da empresa.

É caminho que continuará a ser trilhado durante o ano de 2003.

Inevitavelmente, a permanente adaptação da estrutura passará também pela adaptação de comportamentos e da cultura organizacional do colectivo de colaboradores da empresa.

No caso específico da INTERBOLSA, há ainda um aturado trabalho de alteração de mentalidades e de procedimentos a desenvolver, fruto natural da situação de transformação de associação sem fins lucrativos em sociedade anónima, o qual,



apesar de ocorrida em 2000, por circunstâncias várias, só no final de 2002 começou a ser objecto de abordagem específica mas que, prosseguirá, sem hesitações, ao longo do ano de 2003.

É que, e pese embora o facto de a actividade desempenhada pela INTERBOLSA se destinar à

satisfação de necessidades sociais e impreteríveis, esta deve operar de acordo com os princípios normais de actuação de uma sociedade anónima com os necessários reflexos ao nível da sua organização e estrutura, designadamente orientando-se na direcção do cliente e do negócio.

6 Análise económica e financeira

Nos termos das normas contabilísticas geralmente aceites, a INTERBOLSA faz parte do universo de consolidação da Euronext Lisbon. No presente relatório, porém, apenas se procede à análise económica e financeira individual da INTERBOLSA, pelo que para obtenção de informação sobre a conta de exploração do Grupo em que esta entidade se insere deve ser consultado o relatório e contas da Euronext Lisbon.

O exercício de 2002 foi marcado por uma conjuntura negativa, tanto do ponto de vista macroeconómico, como do ponto de vista dos mercados de capitais internacionais, o que se traduziu, em termos nacionais, numa forte diminuição da dinâmica dos mercados secundários de valores mobiliários e numa desaceleração da actividade dos mercados

primários de acções e de obrigações.

Tratou-se, pois, de um ano especialmente difícil para quantos actuam profissionalmente na órbita dos mercados de capitais, seja ao nível da organização das transacções, seja na intermediação financeira, seja – como é o caso da INTERBOLSA – na prestação de serviços de registo, centralização, liquidação ou compensação de valores.

Não obstante, as peças contabilísticas do exercício – que a tabela que se segue procura sintetizar – denotam um excelente desempenho, materializado num aumento de resultados para o que contribuíram, quer o crescimento (ainda que moderado) dos proveitos, quer (e sobretudo) a contenção dos custos.



Síntese comparativa dos Resultados e dos Balanços

	Interbolsa - Contas Individuais			
	2002 €	2001 €	Variação 2002/2001	
			€	%
Activo Líquido	17.171.994	13.046.248	4.125.746	31,6%
Passivo Líquido	2.751.784	2.504.186	247.598	9,9%
Capital Próprio	14.420.210	10.542.062	3.878.148	36,8%
Proveitos Operacionais	12.620.463	12.352.113	268.350	2,2%
Custos Operacionais	6.818.784	7.250.231	-431.446	-6,0%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	5.801.679	5.101.883	699.796	13,7%
Amortizações	290.476	375.783	-85.307	-22,7%
Resultado Operacional (EBIT)	5.511.203	4.726.099	785.104	16,6%
Outros Resultados Correntes	587.167	503.955	83.211	16,5%
Resultado Antes de Impostos	6.098.370	5.230.055	868.315	16,6%
Resultados Líquidos	4.078.148	3.351.802	726.346	21,7%

Resultados

6.1

Os resultados líquidos da INTERBOLSA em 2002 cresceram 21,7 por cento, face ao exercício antecedente, fixando-se em €4 078 148. Desta forma foi retomada a tendência de crescimento dos resultados, invertendo-se a tendência de queda que se havia notado no exercício de 2001.

Deve realçar-se, porém, que esta realidade não decorre de uma melhoria das condições exógenas, dado que não só se manteve como se agravou uma conjuntura adversa, pelo que antes deve ser imputada ao posicionamento estratégico e às políticas de racionalização de recursos da instituição.

Por sua vez, e enquanto que entre 2000 e 2001 os proveitos operacionais haviam caído 16,9 por cento, no exercício findo contabilizou-se um crescimento de 2,2 por cento desses proveitos.

Trata-se, pois, de um crescimento ténue, que ilustra a continuação da conjuntura desfavorável, porquanto a expansão das receitas da INTERBOLSA depende, ainda, crucialmente do mercado primário de valores mobiliários.

Todavia, em termos de custos, matéria em que os órgãos de gestão gozam de acrescidos graus de liberdade, verificou-se uma diminuição de 6,0 por cento ao nível operacional, o que significa que, no ano findo, foi possível atingir um nível acrescido de serviços prestados com uma menor utilização de recursos.

O contributo dos resultados financeiros, ainda que positivo (€577 128), ficou aquém do verificado no ano antecedente (€657 341), não contribuindo, pois, para a tendência de crescimento dos resultados.



Proveitos e ganhos

6.2

O acréscimo de proveitos registado, não obstante ser pouco expressivo em termos de valor absoluto (€268 350) ou em termos relativos (2,2 por cento), é ainda assim muito significativo em termos de gestão, na medida em que foi obtido num contexto de forte contracção das emissões e do concomitante exercício de direitos. O crescimento das receitas foi obtido sobretudo por força dos serviços prestados às entidades emitentes (mais 4,3 por cento), uma vez que os proveitos dos serviços prestados aos intermediários financeiros apenas se expandiram 1,2 por cento.

Em termos de estrutura, tal como vinha sucedendo em anos antecedentes, os serviços prestados aos intermediários financeiros representam cerca de 60 por cento do total, e os serviços de que são beneficiárias as entidades emitentes correspondem aos restantes 40 por cento. Tanto num caso como no outro, a realização de

pagamentos (de “Dividendos”, “Juros” e “Amortizações”) é a principal fonte de proveitos, somando no total quase 80 por cento do total facturado. Reflexo da crise vigente, tanto a utilização do sistema (9,2 por cento) como o exercício de direitos (10,4 por cento) pesam agora menos que no passado, estando a respectiva expansão dependente da retoma da dinâmica do mercado de capitais nacional.

A distribuição temporal dos proveitos espelhou uma vez mais a tradicional sazonalidade da conta de exploração da INTERBOLSA, representando o primeiro semestre quase dois terços (63,6 por cento) da facturação total da instituição, fruto da concentração nos primeiros seis meses de grande parte dos fluxos financeiros associados à distribuição de dividendos e ao pagamento de juros.

Custos e perdas

6.3

Os custos operacionais da INTERBOLSA comparam muito favoravelmente com o ano antecedente (€6 818 784 *versus* €7 250 231). Estes números são a expressão financeira de uma significativa e bem sucedida política de redução de despesas, resultante da racionalização de recursos que a fusão das antigas associações civis sem fins lucrativos que geriam as Bolsas nacionais, primeiro, e a integração no grupo Euronext NV, mais recentemente, tornaram possível.

O principal contributo para o valor alcançado proveio dos custos com o pessoal (menos 19,3 por cento), particularmente por via da redução do quadro de pessoal, uma vez que ao nível dos encargos gerais de funcionamento se verificou

um ligeiro acréscimo (mais 4,3 por cento). Além disso, dado o modelo vigente para as taxas de supervisão suportadas pela INTERBOLSA, o aumento das suas receitas materializou-se (automaticamente) num acréscimo deste tipo de custos (mais 2,4 por cento).

No que respeita ao peso das diferentes componentes dos custos, os encargos gerais de funcionamento e as despesas com o pessoal pesam praticamente o mesmo, somando no conjunto cerca de 72 por cento dos encargos da instituição, correspondendo os demais encargos (com especial relevância para as taxas pagas à CMVM, no total de €1 893 069,97) à parte restante dos custos operacionais.

Estrutura patrimonial

6.4

O bom desempenho alcançado traduziu-se num aumento de 31,6 por cento do património total (activo) e 36,8 por cento do património líquido (capital próprio) da INTERBOLSA, posto que o passivo teve um ligeiro acréscimo (9,9 por cento).

Deste modo, foi reforçada a (excelente) autonomia financeira de que goza a instituição, o que lhe confere um elevado grau de solvabilidade, de que é testemunha o facto de a cobertura do passivo pelo activo e pelos capitais próprios ter passado a ser de, respectivamente, 6,2 e 5,2 vezes. Aliás, o passivo da instituição é constituído por acréscimos e deferimentos do passivo corrente

de funcionamento, uma vez que não existe passivo financeiro de médio e longo prazo e as provisões (incluindo as provisões para riscos gerais) se fixam em somente €0,4 milhões.

A saúde patrimonial da instituição é ainda notória quando analisada a estrutura dos elementos patrimoniais que integram o activo. Com efeito, a componente circulante continua a representar a parte mais expressiva do valor global (96,9 por cento), sendo que, como habitualmente, a quase totalidade desta componente do activo (92,8 por cento) corresponde a depósitos bancários e a caixa.



Rendibilidade

6.5

Em seguida são apresentados vários rácios que evidenciam o bom desempenho antes referido.

A INTERBOLSA proporcionou ao seu accionista uma elevadíssima rendibilidade dos capitais próprios colocados à sua disposição, a qual atingiu 32,7 por cento. A rendibilidade do activo foi igualmente muito elevada (27,0 por cento), sendo que estes indicadores se tornam ainda mais expressivos se tomarmos em consideração que a estrutura patrimonial da instituição, como antes referido, se caracteriza por um reduzido grau de alavancagem.

Para este desempenho, contribui a elevada capacidade revelada de transformar proveitos operacionais em *cash flow* (46,0 por cento) e em resultados operacionais (43,7 por cento), a que não é alheia a política de contenção de custos antes documentada, além de uma significativa competência na transformação de resultados operacionais em resultados líquidos (32,3 por cento), não obstante a evolução das taxas de juro não ter permitido um contributo dos resultados financeiros de montante idêntico ao verificado em anos anteriores.

Indicadores de Rendibilidade

Interbolsa - Contas Individuais		
	2002	2001
Margem Líquida [Resultado Líquido/Proveitos Operacionais]	32,3%	27,1%
Margem Operacional [Resultado Operacional/Proveitos Operacionais]	43,7%	38,3%
Margem Bruta [EBITDA/Proveitos Operacionais]	46,0%	41,3%
Rendibilidade do Activo Médio	27,0%	23,7%
Rendibilidade do Capital Próprio Médio	32,7%	33,0%

7 Referências finais

Uma palavra de reconhecimento é devida a todas as pessoas e Entidades que, durante o ano de 2002, colaboraram com a INTERBOLSA na prossecução dos seus objectivos.

Em primeiro lugar, a todos os colaboradores da INTERBOLSA cuja competência e dedicação manifestada desde o início do projecto, em muito contribuíram para criar uma instituição reconhecida por todos os intervenientes do Mercado, com níveis muito positivos de desempenho.

Ao *Managing Board* da Euronext N.V., bem como a todos os seus colaboradores, pela disponibilidade demonstrada e pelo apoio concedido, particularmente nas questões directamente relacionadas com a migração.

Aos reguladores, pelo esforço investido no desenvolvimento dos mercados de capitais e, com especial atenção, na evolução do negócio da liquidação e custódia.

Uma palavra é igualmente devida aos principais utilizadores dos nossos serviços: à Euronext Lisbon, aos Intermediários Financeiros e às Entidades Emitentes.

Por último, não menos reconhecidos estamos à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e aos nossos Auditores.

A Todos, o nosso muito obrigado.

Conselho de Administração





Mercado Ferreira Borges (pormenor da fachada)
Porto



1999

00

2

8 **Demonstrações financeiras e notas 48**

9 **Anexos 65**

8 Demonstrações financeiras e notas

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

Em Euros

ACTIVO	EXERCÍCIOS			
	31-Dez-02			31-Dez-01
	Activo Bruto	Amortizações e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
IMOBILIZADO:				
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:				
Despesas de instalação	101,26	101,26	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos	1.035.152,27	966.729,47	68.422,80	11.064,71
Adiant. por conta imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	70.954,71
	1.035.253,53	966.830,73	68.422,80	82.019,42
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:				
Equipamento básico	1.107.037,70	863.732,49	243.305,21	383.062,38
Equipamento de transporte	184.146,85	103.929,36	80.217,49	51.054,23
Ferramentas e utensílios	745,80	745,80	0,00	83,30
Equipamento administrativo	1.296.531,19	1.153.142,68	143.388,51	220.309,03
Outras imobilizações corpóreas	5.871,52	3.500,28	2.371,24	4.072,38
Adiant. por conta imob. corpóreas				
	2.594.333,06	2.125.050,61	469.282,45	658.581,32
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:				
Títulos e outras aplicações financeiras	1.195,29		1.195,29	1.195,29
	1.195,29		1.195,29	1.195,29
CIRCULANTE:				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Médio e longo prazo:				
Outros devedores	23.260,14		23.260,14	5.319,81
	23.260,14		23.260,14	5.319,81
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo:				
Clientes, c/c	191.658,22		191.658,22	218.435,68
Empresas do grupo	0,00		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	313.988,91		313.988,91	312.573,04
Outros devedores	14.494,72		14.494,72	54.840,82
	520.141,85		520.141,85	585.849,54
APLICAÇÕES DE TESOURARIA:				
Outras aplicações de tesouraria	0,00		0,00	498.799,57
	0,00		0,00	498.799,57
DEPÓSITOS BANCÁRIOS :				
Depósitos a prazo	15.347.921,00		15.347.921,00	10.402.739,49
	15.347.921,00		15.347.921,00	10.402.739,49
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA:				
Depósitos bancários	83.402,69		83.402,69	81.213,33
Caixa	0,00		0,00	0,00
	83.402,69		83.402,69	81.213,33
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
Acréscimos de proveitos	158.037,21		158.037,21	189.975,91
Custos diferidos	500.331,13		500.331,13	540.555,21
	658.368,34		658.368,34	730.531,12
Total de amortizações		3.091.881,34		
Total de provisões		0,00		
Total do activo	20.263.875,90	3.091.881,34	17.171.994,56	13.046.248,89



CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Em Euros	
	EXERCÍCIOS	
	31-Dez-02	31-Dez-01
CAPITAL PRÓPRIO:		
CAPITAL	5.500.000,00	5.000.000,00
RESERVAS LEGAIS	803.605,18	468.425,00
OUTRAS RESERVAS	4.038.457,58	1.721.835,92
RESULTADOS TRANSITADOS	0,00	0,00
	10.342.062,76	7.190.260,92
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	4.078.147,58	3.351.801,84
Total do capital próprio	<u>14.420.210,34</u>	<u>10.542.062,76</u>
PASSIVO:		
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:		
Provisões para pensões	0,00	0,00
Outras provisões para riscos e encargos	400.000,00	400.000,00
	400.000,00	400.000,00
DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	0,00	0,00
Fornecedores, c/c	471.619,56	259.131,96
Fornecedores, facturas em recepção. e conferência	0,00	0,00
Empresas do grupo	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado, c/c	294.105,79	487.993,26
Estado e outros entes públicos	589.915,25	168.766,97
Outros credores	199.569,61	126.579,15
	1.555.210,21	1.042.471,34
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
Acréscimos de custos	750.707,95	1.034.930,00
Proveitos diferidos	45.866,06	26.784,79
	796.574,01	1.061.714,79
Total do passivo	<u>2.751.784,22</u>	<u>2.504.186,13</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>17.171.994,56</u>	<u>13.046.248,89</u>



O Técnico Oficial de Contas (Nº 15919)

Lino Matos

O Conselho de Administração

Manuel Alves Monteiro

Abel Sequeira Ferreira

Luís Fragoso

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 de Dezembro de 2002

(Em Euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
	31-Dez-2002		31-Dez-2001	
Fornecimentos e serviços externos		2.497.883,03		2.393.950,10
Custos com o pessoal				
Remunerações	1.699.675,03		1.941.320,09	
Encargos sociais:				
Pensões	133.648,42		22.717,86	
Outros	588.236,79	2.421.560,24	1.034.940,29	2.998.978,24
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	290.476,48		375.783,36	
Provisões	0,00	290.476,48	0,00	375.783,36
Impostos	2.606,76		1.677,70	
Outros custos operacionais	1.896.734,05	1.899.340,81	1.855.624,46	1.857.302,16
(A)		7.109.260,56		7.626.013,86
Juros e custos similares:				
Outros	34.281,93	34.281,93	39.121,05	39.121,05
(C)		7.143.542,49		7.665.134,91
Custos e perdas extraordinários		32.594,02		1.026.480,45
(E)		7.176.136,51		8.691.615,36
Imposto sobre o rendimento do exercício		2.020.222,02		1.878.252,67
(G)		9.196.358,53		10.569.868,03
Resultado Líquido do exercício		4.078.147,58		3.351.801,84
		13.274.506,11		13.921.669,87

(Em Euros)

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS				
		31-Dez-2002		31-Dez-2001	
Prestações de serviços		12.620.463,42		12.352.112,83	
Proveitos suplementares		0,00	0,00		
Outros proveitos e ganhos operacionais		0,00	0,00	0,00	
(B)		12.620.463,42		12.352.112,83	
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Outros	600.209,91		686.762,96		
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	11.200,53	611.410,44	9.699,20	696.462,16	
(D)		13.231.873,86		13.048.574,99	
Proveitos e ganhos extraordinários					
Outros		42.632,25		873.094,88	
(F)		13.274.506,11		13.921.669,87	

Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =		5.511.202,86		4.726.098,97	
Resultados financeiros: [(D) - (B)] - [(C) - (A)] =		577.128,51		657.341,11	
Resultados correntes: (D) - (C) =		6.088.331,37		5.383.440,08	
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		6.098.369,60		5.230.054,51	
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		4.078.147,58		3.351.801,84	



O Técnico Oficial de Contas (Nº 15919)

Lino Matos

O Conselho de Administração

Manuel Alves Monteiro

Abel Sequeira Ferreira

Luís Fragoso

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 20

(Em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	2000	2001
Vendas e prestações de serviços	12.620.463,42	12.352.112,83
Custos das vendas e das prestações de serviços	3.905.418,50	3.880.790,05
Resultados brutos	8.715.044,92	8.471.322,78
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
Custos de distribuição	0,00	0,00
Custos administrativos	1.146.755,83	1.269.485,67
Outros custos e perdas operacionais	2.057.086,23	2.475.738,14
Resultados operacionais	5.511.202,86	4.726.098,97
Custo líquido de financiamento	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	577.128,51	657.341,11
Resultados correntes	6.088.331,37	5.383.440,08
Custos e Perdas Extraordinários	32.594,02	1.026.480,45
Proveitos e Ganhos Extraordinários	42.632,25	873.094,88
Resultados antes de impostos	6.098.369,60	5.230.054,51
Impostos sobre os rendimentos	2.020.222,02	1.878.252,67
Resultados líquidos	4.078.147,58	3.351.801,84
Resultados por acção	0,74	0,67

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Em Euros)

	EXERCÍCIOS	
	31-Dez-02	31-Dez-01
Actividades operacionais		
Recebimentos de clientes	14.922.530,38	14.445.468,10
Pagamento a fornecedores	2.571.352,00	2.159.898,69
Pagamento ao pessoal	1.797.894,16	2.393.802,08
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	10.553.284,22	9.891.767,33
Outros recebimentos relativos à actividade operacional	0,00	0,00
Outros pagamentos relativos à actividade operacional	0,00	0,00
Portaria n.º 1 338/2000	1.810.358,77	2.016.639,30
Estado e outros Entes Públicos	4.287.672,15	8.768.667,73
Outros	5.038,95	9.648,93
<i>Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias</i>	4.450.214,35	-903.188,63
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	15.288,28	64.260,12
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	697,28	558,66
<i>Fluxo das actividades operacionais</i>	4.464.805,35	-839.487,17
Actividades de investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	4.233,11	0,00
Imobilizações incorpóreas	25,66	0,00
Juros e proveitos similares		
Montante bruto	643.342,49	622.061,83
Imposto sobre o rendimento (IRC)	-128.096,87	-124.408,44
	<u>519.504,39</u>	<u>497.653,39</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	257.117,90	221.351,47
Imobilizações incorpóreas	53.876,01	10.809,90
	310.993,91	232.161,37
<i>Fluxo das actividades de investimento</i>	208.510,48	265.492,02
Actividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Amortizações de contratos de locação financeira	0,00	0,00
Juros e custos similares	34.714,81	39.373,09
Dividendos	190.000,00	1.745.792,63
	224.714,81	1.785.165,72
<i>Fluxo das actividades de financiamento</i>	-224.714,81	-1.785.165,72
Variação de caixa e seus equivalentes	4.448.601,02	-2.359.160,87
Efeito das diferenças de câmbio	-29,72	-24,96
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.982.752,39	13.341.938,22
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.431.323,69	10.982.752,39
Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	0,00	0,00
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	83.402,69	81.213,33
Aplicações de tesouraria	15.347.921,00	10.901.539,06
Disponibilidades constantes do balanço	15.431.323,69	10.982.752,39



Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

(valores expressos em euro (€))

NOTA INTRODUTÓRIA

A INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (abreviadamente, INTERBOLSA) foi constituída por escritura de 10 de Fevereiro de 2000, lavrada no 1.º Cartório Notarial de Lisboa, sendo actualmente detida a 100% pela EURONEXT LISBOA - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A (abreviadamente, EURONEXT). A sua actividade consiste na gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários.

A INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto – 2.ª. Secção sob o número 55 425, pasta n.º 22 736 .

O conteúdo das contas de balanço, demonstrações de resultados, fluxos de caixa, anexos e restantes mapas são referentes ao período de 01.01.2002 a 31.12.2002 e são comparáveis com o período anterior.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste documento ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.



3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

O balanço e demais demonstrações financeiras foram elaborados respeitando os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade (POC), aprovado pelo decreto-lei n.º 410/89, de 21 de Novembro de 1989 e, supletivamente, as normas internacionais de contabilidade.

Todas as outras contas que possuem valores a débito e a crédito de natureza diferente encontram-se convenientemente explicitados no balanço a nível do activo e do passivo.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

Dizem respeito principalmente a programas informáticos, estando a ser amortizadas, no regime de quotas constantes, ao longo de três anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As reintegrações do Imobilizado Corpóreo foram calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se considera representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) Investimentos Financeiros

São expressos pelo respectivo custo histórico, não tendo sido efectuada qualquer provisão em virtude de não ter sido considerada necessária, tendo em conta as características da aplicação.

e) Acréscimos e Diferimentos

A Empresa regista nestas rubricas as despesas e as receitas que serão imputadas aos resultados de exercícios futuros, bem como os custos e proveitos, já ocorridos e que serão liquidados em exercícios seguintes. O detalhe e a natureza destas rubricas encontram-se descritos na Nota 48.

f) Provisão para Riscos Legais e Operacionais

Manteve-se a Provisão, “ Outras provisões para riscos e encargos “ , constituída nos exercícios anteriores, para fazer face a outros riscos e encargos em que a INTERBOLSA poderá vir a incorrer, sendo o seu valor actual de € 400.000,00.

A mesma é destinada à cobertura de riscos e encargos, nomeadamente daqueles não cobertos pelo contrato de responsabilidade profissional celebrado com a Companhia de Seguros Fidelidade, S. A. .

4. ACTIVOS E PASSIVOS EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As cotações utilizadas para conversão em euro das contas incluídas no balanço e na demonstração dos resultados foram as taxas bilaterais de referência implícitas na taxa de conversão fixada para cada uma delas face ao euro. Por força legal, qualquer transacção entre as moedas dos países da união monetária exige a passagem pelo euro.

6. IMPOSTOS

A INTERBOLSA manteve no exercício de 2002 a provisão para outros riscos e encargos no montante de € 400.000,00 que foi acrescida à matéria colectável, no respectivo exercício . Em consequência, foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Empresa que havia um imposto diferido activo no montante de € 132.000,00, que se manteve.

A diferença entre o custo contabilístico e o custo fiscal, resultante da introdução de um fundo de pensões no exercício anterior, leva-nos a considerar temporariamente o reconhecimento de um imposto diferido activo, em 31 de Dezembro de 2002 esse valor é de € 200.179,81.

De acordo com a legislação aplicável, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social). Deste modo, as declarações fiscais da INTERBOLSA poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É entendimento do Conselho de Administração que eventuais correcções resultantes de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002.



INTERBOLSA

7. PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA

Quantidade de pessoas ao serviço em 31.12.2002 :

Departamentos	N.º Colaboradores
Assessoria do Conselho de Administração	2
Departamento Jurídico	1
Auditoria	1
Secretariado do Conselho de Administração	1
Central de Valores Mobiliários (*)	12
Departamento de Informática	21
Departamento de Marketing	2
Departamento de Recursos Humanos	(**)
Departamento Administrativo e Financeiro	3
Total	43

(*) A Agência Nacional de Codificação encontra-se funcionalmente ligada à Central de Valores Mobiliários

(**) As funções de Recursos Humanos são exercidas em regime de sub-contratação.

8. IMOBILIZADO INCORPÓREO

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica decompunha-se da seguinte forma:

	IMOBILIZADO INCORPÓREO		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Imobilizações Incorpóreas:			
Despesas de instalação	101,26	101,26	-
Propriedade ind. e outros direitos	1.035.152,27	966.729,47	68.422,80
Adiant. por imob. Incorpóreas	-	-	-
TOTAL GERAL	1.035.253,53	966.830,73	68.422,80

10. MOVIMENTOS OCORRIDOS NO ACTIVO IMOBILIZADO

Os movimentos ocorridos nas contas de imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas, investimentos financeiros e correspondentes amortizações acumuladas, apresenta-se, no período, da seguinte forma:

Rubricas	IMOBILIZADO BRUTO			
	Saldo em 31-12-2001	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-12-2002
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	101,26	-	-	101,26
Propriedade ind. e outros direitos	1.109.602,47	97.149,08	171.599,28	1.035.152,27
Adiant. Por imobilizações incorpóreas	70.954,71	26.194,37	97.149,08	-
	1.180.658,44	123.343,45	268.748,36	1.035.253,53
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento básico	1.333.476,44	-	226.438,74	1.107.037,70
Equipamento de transporte	230.846,38	87.102,05	133.801,58	184.146,85
Ferramentas e utensílios	3.409,83	-	2.664,03	745,80
Equipamento adm./mobiário	1.425.036,75	6.218,23	134.723,79	1.296.531,19
Outras imobilizações corpóreas	8.303,16	-	2.431,64	5.871,52
Ad.por conta de imob. corpóreas	-	-	-	-
	3.001.072,56	93.320,28	500.059,78	2.594.333,06
Investimentos Financeiros:				
Outras empresas – ANNA	1.195,29	-	-	1.195,29
	1.195,29	-	-	1.195,29
TOTAL GERAL	4.182.926,29	216.663,73	768.808,14	3.630.781,88



Rubricas	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS E PROVISÕES			
	Saldo em 31-12-2001	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-12-2002
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	101,26	-	-	101,26
Propriedade ind. e outros direitos	1.098.537,76	39.790,99	171.599,28	966.729,47
	1.098.639,02	39.790,99	171.599,28	966.830,73
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento básico	950.414,06	139.556,30	226.237,87	863.732,49
Equipamento de transporte	179.792,15	34.813,76	110.676,55	103.929,36
Ferramentas e utensílios	3.326,53	-	2.580,73	745,80
Equipamento administrativo	1.204.727,72	75.986,55	127.571,59	1.153.142,68
Outras imobilizações corpóreas	4.230,78	733,94	1.464,44	3.500,28
	2.342.491,24	251.090,55	468.531,18	2.125.050,61
Investimentos Financeiros:				
Partes de capital	-	-	-	-
	-	-	-	-
TOTAL GERAL	3.441.130,26	290.881,54	640.130,46	3.091.881,34

14. OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Imobilizações em poder de terceiros:

423 - Equipamento básico	€ 192.311,07
426 - Equipamento administrativo	€ 401.062,15

15. A INTERBOLSA , MANTÉM OS SEGUINTE BENS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

423 – Equipamento básico, “ Sistema de discos XP – 48 “ , com um valor contabilístico de € 449.517,26.

Em 31 de Dezembro de 2002, INTERBOLSA , mantinha como locatária, relativas a rendas de contratos de locação financeira , no montante global de 240.494,92 €.

Anos	Amortizações Vincendas	Juros Vincendos	Rendas Vincendas
2003	144.073,49	15.988,80	160.062,29
2004	96.421,43	4.347,49	100.768,92
	240.494,92	20.336,29	260.831,21

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 2002.12.31, não existem Créditos de cobrança duvidosa .

24. DÍVIDAS DOS ORGÃOS SOCIAIS

Não existem nesta data com relação aos órgãos de administração, direcção e fiscalização da sociedade, quaisquer adiantamentos, empréstimos concedidos ou responsabilidades assumidas.

25. DÍVIDAS RESPEITANTES AO PESSOAL

O saldo da conta de “ Adiantamentos ao pessoal “ no final do corrente exercício ascendia a € 118,00.

31. FUNDO DE PENSÕES

Por contrato de 27 de Dezembro de 2001 foi constituído um fundo de pensões de benefício definido, que se denomina “ Fundo de Pensões da INTERBOLSA “ com o objectivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice ou invalidez e de sobrevivência, independentemente da Segurança Social, o referido Fundo de Pensões, com duração por tempo indeterminado e gerido pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., engloba responsabilidades com efeitos contados desde a data de constituição da INTERBOLSA.

O Fundo foi constituído tendo como objectivo a melhor optimização fiscal para os trabalhadores e para a INTERBOLSA, pelo que, nos termos da legislação em vigor, e após anuência do Instituto de Seguros de Portugal, a INTERBOLSA vem realizando o pagamento diferido (por quatro anos) das referidas responsabilidades passadas.

Desta forma, durante o ano de 2002, o Fundo de Pensões foi reforçado no respectivo montante anual bem como em um quarto do valor relativo ao montante relativo às responsabilidades passadas.

O Património do Fundo de Pensões durante o ano de 2002 foi reforçado com a entrada em dinheiro de € 233.829,52 (duzentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte nove euros e cinquenta e dois cêntimos), sendo de contribuição normal referente ao exercício corrente de € 106.113,80 e € 127.715,72 para a amortização do défice referente às responsabilidades passadas.



INTERBOLSA

A avaliação actuarial com referência a 31 de Dezembro de 2002 indicava uma responsabilidade de serviços passados com reformas por velhice e sobrevivência diferida no valor de € 1.127.140,43 (um milhão, cento e vinte sete mil, cento e quarenta euros e quarenta e três cêntimos).

A evolução dos activos do Fundo e a composição decidida em termos de distribuição por segmentos de investimento, traduziram-se numa rentabilidade acumulada de 3,20%.

A conta 2738 – Acréscimos e diferimentos - Custos diferidos – Custo de benefícios de reforma a amortizar apresenta os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo em 31-12-2001
Acréscimos e diferimentos - Custos Diferidos:	
Custo de benefícios de reforma a amortizar	
Responsabilidade do Fundo (em 31-12-2002)	1.127.140,43
Rendibilidade e reforços (em dinheiro)	738.008,72
	398.131,71

34. PROVISÕES ACUMULADAS

As contas de provisões acumuladas apresentam em 31 de Dezembro de 2002 o seguinte desdobramento:

Rubricas	Saldo em 31-12-2001	Reforço	Anulação	Saldo em 31-12-2002
Provisões para Riscos e Encargos:				
Outros Riscos e Encargos	400.000,00	-	-	400.000,00
	400.000,00	-	-	400.000,00



35. FORMA DE REALIZAÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2002, o capital da Sociedade encontra-se representado por 5.500.000 de acções com o valor nominal de 1 euro cada. A esta mesma data, o capital encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

37. DETENTORES DO CAPITAL

O capital da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2002, é detido em 100% pela EURONEXT LISBOA – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S. A. .

40. DECOMPOSIÇÃO DA RUBRICA DE CAPITAL PRÓPRIO

A decomposição e movimentação do Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2002, apresenta-se da seguinte forma:

Rubricas	Saldo em 31-12-2001	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-12-2002
Capital	5.000.000,00	500.000,00	-	5.500.000,00
Reservas	2.190.260,92	3.351.801,84	700.000,00	4.842.062,76
Resultado líquido do exercício	3.351.801,84	4.078.147,58	3.351.801,84	4.078.147,58
	10.542.062,76	7.929.949,42	4.051.801,84	14.420.210,34

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no período findo em 31 de Dezembro de 2002, foram, respectivamente:

	31-12-2002	31-12-2001
Conselho de Administração	225.053,79	196.638,96
Conselho Fiscal	13.560,85	11.970,96
Mesa da Assembleia Geral	6.234,96	-
	244.849,60	208.609,92

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Saldo em 31-12-2002	Saldo em 31-12-2001
Custos e perdas		
681 - Juros suportados	30.803,93	36.432,43
685 - Diferenças câmbio desfavoráveis	32,00	25,87
688 - Outros custos e perdas financeiros	3.446,00	2.662,75
821 - Resultados financeiros	577.128,51	657.341,11
	611.410,44	696.462,16
Proveitos e ganhos		
781 - Juros obtidos	611.381,90	696.422,28
785 - Dif. câmbio favoráveis	2,28	,50
786 - Descontos de p.p. obtidos	,01	17,71
788 - Outros prov. e ganhos fin.	26,25	21,67
	611.410,44	696.462,16



46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Saldo em 31-12-2002	Saldo em 31-12-2001
Custos e perdas		
691 - Donativos	400,00	473,86
694 - Perdas em imobilizações	31.896,74	287,47
695 - Multas e penalidades	297,28	84,80
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	-	1.025.634,32
	32.594,02	1.026.480,45
Proveitos e ganhos		
794 - Ganhos em imobilizações	18.904,44	
796 - Redução amortizações e provisões	-	350.000,00
797 - Correções relativas a exercícios anteriores	2.309,17	
798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	21.418,64	523.094,88
841 - Resultados extraordinários.	(10.038,23)	153.385,57
	32.594,02	1.026.480,45

48. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2002, estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

RUBRICAS	31-12-2002	31-12-2001
Acréscimos de Custos:		
Remunerações a liquidar	223.693,59	256.686,45
Outros acréscimos de custos	527.014,36	778.243,55
Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	750.707,95	1.034.930,00
Proveitos diferidos:		
Filiação e receber	45.866,06	26.784,79
Total de proveitos diferidos	45.866,06	26.784,79
Total de Acréscimos e Diferimentos Passivos	796.574,01	1.061.714,79
Custos Diferidos:		
Contratos de assistência	105.077,96	106.256,11
Seguros	53.396,69	52.643,32
Outros custos diferidos	9.676,67	9.440,01
Imposto sobre o rendimento antecipado	332.179,81	372.215,77
	500.331,13	540.555,21
Acréscimos de Proveitos		
Juros a receber	158.037,21	189.975,91
Imposto sobre o rendimento antecipado	-	-
	158.037,21	189.975,91
Total de Acréscimos e Diferimentos Activos	658.368,34	730.531,12



49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2002, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	Saldo em 31-12-2002	Saldo em 31-12-2001
Outros devedores		
Pessoal	118,00	1.714,52
Consultores e Assesores e Intermediários	-	6.120,25
Outros Devedores Diversos	37.636,86	52.325,86
	37.754,86	60.160,63
Outros credores		
Pessoal	5.665,11	17.083,82
Fornecedores de imobilizado	294.105,79	487.993,26
Outros credores	193.904,50	109.495,33
	493.675,40	614.572,41

50. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acordo firmado entre o Conselho de Administração e os representantes dos trabalhadores

No dia 12 de Julho ocorreu uma greve dos trabalhadores da INTERBOLSA que originou a interrupção da actividade da empresa durante esse dia.

Na sequência da paralisação, o Conselho de Administração da Interbolsa celebrou um acordo que fixa um conjunto de princípios a cumprir no caso de rescisão de contratos por vontade da entidade patronal, bem como as condições de reforma e de pré-reforma.

Este acordo poderá ter implicações financeiras apenas na hipótese de se celebrarem rescisões contratuais. Não existindo de momento nenhum plano de reestruturação a implementar, que venha a originar rescisão de contratos ou o estabelecimento de pré-reformas, não é possível quantificar os eventuais impactos financeiros que a celebração deste acordo possa originar para a empresa.

b) Taxa devida à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

Actualmente, sobre esta matéria rege o artigo 5.º da Portaria n.º 1303/2001, publicada no Diário da República, I Série-B, n.º 271, de 22 de Novembro, o qual refere que as entidades gestoras de sistemas centralizados de valores mobiliários ou de sistemas de liquidação devem, à CMVM, uma taxa de 15% sobre as comissões por elas cobradas nessa qualidade.

Anteriormente à supra mencionada norma, esta matéria estava disciplinada pelo artigo 5.º da Portaria n.º 313-A/2000, publicada no Diário da República, II Série, suplemento, n.º 50, de 29 de Fevereiro, que entrou em vigor em 01 de Março (alterada pela Portaria n.º 1338/2000, publicada no Diário da República, II Série, n.º 205 de 05 de Setembro) e revogada pela Portaria n.º 1303/2001, de 22 de Novembro, artigo este que impunha igual regime ao actualmente em vigor.

O valor devido à CMVM e relativo ao exercício de 2002, no montante de € 1.893.069,97, foi contabilizado na conta “6591 - Outros custos operacionais”.

c) Comissões cobradas pela INTERBOLSA

À data de 31 de Dezembro de 2001, as comissões cobradas pela INTERBOLSA, como contraprestação dos serviços prestados, encontravam-se definidas no Regulamento da INTERBOLSA n.º 4/2001, relativo ao Preçário, e que entrou em vigor em 07 de Agosto de 2001. Este Regulamento foi posteriormente alterado pelos Regulamentos da INTERBOLSA n.º s 7/2001, que entrou em vigor em 03 de Setembro de 2001, e n.º 8/2002, que entrou em vigor em 14 de Outubro de 2002.

Anteriormente ao mencionado Regulamento da INTERBOLSA n.º 4/2001, a matéria relativa às comissões cobradas encontrava-se definida no Regulamento da INTERBOLSA n.º 1/2000, cuja entrada em vigor ocorreu em 01 de Março de 2000 (com as alterações introduzidas pelos Regulamentos da INTERBOLSA n.º s 2/2000 a 2/2001).

d) Seguros

A INTERBOLSA celebrou com uma companhia de seguros nacional dois seguros, renovados anualmente, para a cobertura dos seguintes riscos:

“ Multi-Risco Equipamento Electrónico “;

“ Responsabilidade Civil “.

Por se tratar de um seguro específico às actividades da INTERBOLSA, considerando as funções de gestão de sistemas de liquidação e de sistemas centralizados de valores mobiliários, cumpre salientar o papel desempenhado pelo seguro sobre Responsabilidade Civil. Neste seguro estão cobertos nomeadamente as eventuais indemnizações decorrentes de:

- > Infidelidade de empregados e/ou de clientes do segurado;
- > Destruição de títulos nas instalações do segurado, incluindo custos de reposição;
- > Danos maliciosos a sistemas informáticos;
- > Danos maliciosos a base de dados;
- > Custos de limpeza de sistemas informáticos;
- > Danos por erros e omissões.

O valor do capital seguro é de 1 000 000 000\$00 (€ 4.987.978,97), sendo de destacar que no caso de ocorrência de um ou mais sinistros, a cobertura da Apólice, atingindo a soma anual, este montante será automaticamente repostado até ao limite máximo do capital anual, até final da anuidade. Há anualmente uma auditoria efectuada por peritos internacionais dos resseguradores da Companhia de Seguros “Companhia de Seguros Fidelidade, S.A. “ para verificação da conformidade do mesmo.

e) Créditos pendentes

Na conta “ Outros devedores ” e por contrapartida de “ Outros credores ” está contabilizado o valor referente às operações de Recompras, cuja execução estava pendente de realização na data de 31 de Dezembro de 2001.

As operações de recompra encontram-se previstas no Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001 (actualmente artigo 25.º na redacção dada pelo Regulamento da INTERBOLSA n.º 7/2002).

Estas operações, que se encontravam anteriormente previstas no artigo 463.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e no artigo 43.º do Regulamento Geral da Central de Valores Mobiliários e do Sistema de Liquidação e Compensação, passaram, a partir de 01 de Março de 2000, com a entrada em vigor do Código dos Valores Mobiliários (CVM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99 de 13 de Novembro, e demais legislação complementar, a estar contempladas na alínea b), do n.º 3 do artigo 280.º, do CVM, e no artigo 18.º do Regulamento da CMVM n.º 15/200 e, a partir de 02 de Outubro de 2000, data da entrada em vigor dos Regulamentos operacionais da INTERBOLSA, no Regulamento da INTERBOLSA n.º 4/2000 (artigo 24.º), revogado pelo Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001, que entrou em vigor em 03 de Setembro de 2001.

O Regulamento da INTERBOLSA n.º 5/2001, foi, posteriormente, alterado pelos Regulamentos da INTERBOLSA n.º s 1/2002, que entrou em vigor em 16 de Janeiro de 2002, 2/2002 que entrou em vigor em 01 de Fevereiro de 2002, 3/2002, que entrou em vigor em 27 de Maio de 2002 e 7/2002, que entrou em vigor em 14 de Outubro de 2002.

Em 2002.12.31 o saldo desta conta, em consequência destes movimentos, estava acrescido de €96.715,89.

Porto, 21 de Janeiro de 2003

O Técnico Oficial de Contas (Nº 15919)

Lino Matos

O Conselho de Administração

Manuel Alves Monteiro

Abel Sequeira Ferreira

Luís Fragoso



Proposta de aplicação de resultados

9.1

No exercício de 2002, a INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., obteve um lucro de 4.078.147,58 (Quatro milhões, setenta e oito mil, cento e quarenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos).

Nestes termos, e no exercício da competência que lhe confere o artigo 19.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação do lucro do exercício:

- > Reserva legal -€ 407.814,76 (Quatrocentos e sete mil, oitocentos e quatorze euros e setenta e seis cêntimos);
- > Reservas livres (o remanescente) -€ 3.670.332,82 (Três milhões, seiscentos e setenta mil, trezentos e trinta e dois euros e oitenta e dois cêntimos).

Mais se propõe a não distribuição de dividendos ao accionista único.

Nos termos do art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais, informam-se os senhores accionistas de que a sociedade não concedeu quaisquer empréstimos ou créditos aos seus administradores, não efectuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas, nem lhes facultou quaisquer adiantamentos de remunerações, bem como, não celebrou quaisquer contratos com os seus administradores, directamente ou por interposta pessoa.



Porto, 21 de Janeiro de 2003

O Conselho de Administração

Edifício Aviz
Av. da Boavista, 3523 - 1.^o
4100-139 Porto
Portugal
Tel: +(351) 22 619 11 00
Fax: +(351) 22 619 12 04

**Ledo, Morgado
e Associados**

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 17.171.995 Euros e capitais próprios de 14.420.210 Euros, incluindo um resultado líquido de 4.078.148 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Ledo, Morgado e Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Barral Soares Trade Centre, Praça do Bom Sucesso, 11 - 1.^o - 4100-140 Porto
Inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 63
Registada na Conservatória do Registo de Valores Mobiliários (CVM) com o nº 1188
Contribuinte nº 502 121 984

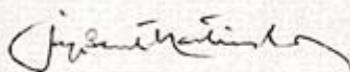
Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 28 de Março de 2003



LEDO, MORGADO E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Jorge Bento Martins Ledo(ROC 591)

Handwritten signature

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa acção fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo artº. 420º. do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos regularmente a actividade da Sociedade, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal, é nossa convicção que o relatório do Conselho de Administração, o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Sociedade e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos igualmente o relatório anual sobre a fiscalização efectuada e tomámos conhecimento da certificação legal das contas, ambos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, e aos quais damos a nossa concordância.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal (2/2)

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efectuados, a apreciação dos documentos emitidos pelo Revisor Oficial de Contas e a concordância que os mesmos nos merecem, somos de parecer que a Assembleia Geral da INTERBOLSA - Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002.
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Porto, 31 de Março de 2003

O CONSELHO FISCAL

Dr. Mário José Machado Belezza Ferraz de Azevedo - Presidente

Dr. Diogo Baptista Russo Pereira da Cunha - Vogal

Ledo, Morgado e Associados - SROC
Representada por Jorge Bento Martins Ledo - ROC 591 - Vogal

Extracto da Acta da Assembleia Geral

9.4

Para os devidos efeitos, certifica-se que o extracto da Acta número 6 da Assembleia Geral da INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A., respeitante à reunião do dia 31 de Março de 2003, aqui transcrito, está conforme ao original.

EXTRACTO DE ACTA

ACTA número 06

“No dia trinta e um de Março de dois mil e três, pelas nove horas e trinta minutos, teve lugar nas instalações da INTERBOLSA – Sociedade Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A. (designada abreviadamente por INTERBOLSA), sitas na Avenida da Boavista, n.º 3433, no Porto a Assembleia Geral ordinária da sociedade.

A referida Assembleia contou com a seguinte ordem do dia:

Ponto um – Discutir e deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Balanço e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de dois mil e dois.

Ponto dois – Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício.

(.....)

A presente Assembleia foi dirigida pelo Presidente da Mesa, Dr. Miguel Luís Kolback da Veiga, assistido pela Dr.ª Maria Luísa de Andrade Azevedo, como Secretária.

O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos da Assembleia Geral, às nove horas e quarenta minutos, a qual contou com a presença do único accionista, a Euronext Lisbon – Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. (designada abreviadamente por Euronext Lisbon), representada pelo Dr. João Eduardo Moura da Silva Freixa conforme instrumento de representação que se anexa à presente acta, assim como a respectiva lista de presenças. A Euronext Lisbon representava assim a totalidade do capital social e dos correspondentes direitos de voto da INTERBOLSA.

A presente Assembleia contou ainda com a presença dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e, bem assim, do Dr. Lino Matos, Director do Departamento Administrativo e Financeiro da sociedade.

O Presidente da Mesa verificou que a Assembleia se encontrava em condições de validamente reunir e deliberar, por estar presente o único accionista e este ter manifestado a vontade de a assembleia se constituir como assembleia universal, dispensando, por isso, a observância dos formalismos de convocatória prescritos na lei, tendo o Presidente da Mesa declarado aberta a sessão.

Recordando o teor do ponto um da ordem do dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da INTERBOLSA, Dr. Manuel Alves Monteiro, o qual referiu não ter qualquer observação prévia a tecer aos documentos em apreciação.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral submeteu a votação o Relatório de Gestão, o Balanço e os restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício de dois mil e dois, conforme resulta do ponto um da ordem do dia, documentos esses que se anexam à presente acta e que dela fazem parte integrante.

Decorrida a votação, os referidos documentos foram aprovados por unanimidade.



INTERBOLSA

Entrando no ponto dois da ordem do dia relativo à proposta de aplicação dos resultados do exercício, o Presidente da Mesa remeteu a Assembleia para o documento anexo à presente acta, e que dela faz parte integrante, que contém a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se passa a sintetizar, na parte relevante, da seguinte forma:

Reserva legal – 407.814,76 Euros

Reservas livres (o remanescente) – 3.670.332,82 Euros

Mais foi proposta a não distribuição de dividendos ao accionista único.

Não tendo havido qualquer comentário ou observação a esta proposta, foi esta submetida a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos votos.

(.....)

Terminada a análise de todos os pontos previstos na ordem do dia, o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, cerca das dez horas e trinta minutos.

Da reunião foi lavrada, pelo Secretário da Sociedade, a presente acta que, juntamente com os respectivos anexos e documentos de representação, vai por ele e pelos membros da Mesa ser assinada.”

Interbolsa, 28 de Abril de 2003

TÍTULO

Interbolsa - Relatório e Contas 2002

AUTOR

Interbolsa

Soc. Gestora de Sistemas de Liquidação e de Sistemas Centralizados de Valores Mobiliários, S.A.

FOTOGRAFIA

Hugo de Almeida

PROJECTO GRÁFICO E PAGINAÇÃO

filipe.carneiro@netcabo.pt